

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JULIANA RIBEIRO COSTA

A ASCENSÃO CHINESA E A HEGEMONIA NORTE-AMERICANA:  
CONTENÇÃO E INTEGRAÇÃO NA ANÁLISE DAS  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

Brasília

2009

JULIANA RIBEIRO COSTA

A ASCENSÃO CHINESA E A HEGEMONIA NORTE-AMERICANA:  
CONTENÇÃO E INTEGRAÇÃO NA ANÁLISE DAS  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

Monografia apresentada ao Centro  
Universitário de Brasília – UNICEUB,  
requisito parcial para obtenção do título de  
Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Professor Frederico Seixas Dias

Brasília  
2009

COSTA, Juliana Ribeiro.

A ascensão chinesa e a hegemonia norte-americana: contenção e integração na análise das relações internacionais contemporâneas/ Juliana Ribeiro Costa. – Brasília, 2009.

91 f.

Monografia apresentada para obtenção de título de Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Brasília – UNICEUB. Orientador: Professor Frederico Seixas Dias.

1. Academia de Relações Internacionais. 2. Ascensão chinesa. 3. Contenção. 4. Integração. 5. Leste Asiático. 6. Relações sino-estadunidenses. I. Título.

JULIANA RIBEIRO COSTA

A ASCENSÃO CHINESA E A HEGEMONIA NORTE-AMERICANA:  
CONTENÇÃO E INTEGRAÇÃO NA ANÁLISE DAS  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

Monografia apresentada ao Centro  
Universitário de Brasília – UNICEUB,  
requisito parcial para obtenção do título de  
Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Professor Frederico Seixas Dias

Brasília, 31 de agosto de 2009

Banca Examinadora

---

Prof. MSc. Frederico Seixas Dias

---

Prof<sup>a</sup>. MSc. Raquel Boing Marinucci

---

Prof<sup>a</sup>. PhD. Renata de Melo Rosa

Dedico este trabalho à minha família e mestres  
– por todo apoio e aprendizado.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus queridos pais, Mara e Marcondes, por todo apoio, compreensão e alegrias. Aos meus irmãos, Yael e Ariel, por sempre me apoiarem em minhas decisões com muito amor. Sobrinhos, Arielly, Luis e João Vitor, estes que são razão de grande felicidade em minha vida. Minhas queridas avós, Francisca e Maria, por conselhos e incentivos. E, também, à “mainha” Nazareth.

Sou imensamente grata por todo companheirismo, contribuição, incentivos, momentos maravilhosos e amizade, aos queridos: Manuella, Eduardo, Gabriella, Beatriz e Leila.

Agradeço, particularmente, ao Professor Frederico Seixas Dias por sua amizade, confiança e compreensão. Mestre que, paciente e cordialmente, me orientou ao longo do desenvolvimento desta pesquisa.

Aos mestres que me acompanharam ao longo do Curso, especialmente a estimada Professora Raquel Boing Marinucci, que sempre me trouxe grande inspiração acadêmica.

Por fim, estendo minha profunda gratidão aos amigos de sala, com os quais tive momentos excepcionalmente admiráveis e inesquecíveis nos últimos quatro anos.

Agradeço a Deus.

## SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	viii
LISTA DE SIGLAS	x
RESUMO	xi
ABSTRACT	xii
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 AS CATEGORIAS DE ANÁLISE – DETERMINISMO, VOLUNTARISMO, CONTENÇÃO E INTEGRAÇÃO	15
1.1 Determinismo	15
1.2 Voluntarismo	17
1.3 Contenção	19
1.4 Integração	21
1.5 Considerações sobre as categorias de análise	24
CAPÍTULO 2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MILITAR DA CHINA	26
2.1 Aspectos econômicos	26
2.2 Aspectos militares	31
2.3 Considerações sobre os aspectos econômicos e militares da RPC	37
CAPÍTULO 3 CONTENÇÃO E DETERMINISMO	39
CAPÍTULO 4 INTEGRAÇÃO E VOLUNTARISMO	51
CAPÍTULO 5 ANÁLISE DOS DADOS	60
5.1 Distribuição de visões contencionista e integracionista por nacionalidade dos autores	60
5.2 Distribuição de visões contencionista e integracionista por nacionalidade acadêmica dos autores	65
5.3 Distribuição de visões contencionista e integracionista nas Academias da China e dos EUA	70
CONCLUSÃO	77
REFERÊNCIAS	78
APÊNDICE A – Lista de autores utilizados na análise	88

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01:	Mapa de alcance dos mísseis balísticos nucleares da RPC	35
FIGURA 02:	O mundo visto da Casa Branca (2009)	39
FIGURA 03:	A observação geopolítica norte-americana da ascensão chinesa	41
FIGURA 04:	Área de influência soviética (1960-1989)	47
GRÁFICO 01:	Taxa de crescimento chinês	26
GRÁFICO 02:	Crescimento do déficit norte-americano no comércio com a China	30
GRÁFICO 03:	Áreas de investimento militar chinês	33
GRÁFICO 04:	Verba militar per capita	34
GRÁFICO 05:	Despesas militares no mundo, 2008	36
GRÁFICO 06:	Contenção por nacionalidade	60
GRÁFICO 07:	Integração por nacionalidade	62
GRÁFICO 08:	Contenção por nacionalidade acadêmica	65
GRÁFICO 09:	Integração por nacionalidade acadêmica	67
GRÁFICO 10:	Autores de nacionalidade chinesa - Contenção e Integração	70
GRÁFICO 11:	Autores de nacionalidade estadunidense - Contenção e Integração	70
GRÁFICO 12:	Autores de nacionalidade acadêmica chinesa	71
GRÁFICO 13:	Autores de nacionalidade acadêmica estadunidense	71
GRÁFICO 14:	Autores de nacionalidade chinesa - Contenção e Integração II	71
GRÁFICO 15:	Autores de nacionalidade estadunidense - Contenção e Integração II	71
GRÁFICO 16:	Autores de nacionalidade acadêmica chinesa II	72
GRÁFICO 17:	Autores de nacionalidade acadêmica estadunidense II	72
GRÁFICO 18:	Distribuição de autores por país de residência nos periódicos internacionais de RI, 1995	75
TABELA 01:	Importações e exportações chinesas em 2005	27
TABELA 02:	Dados comerciais dos EUA, 2007	27
TABELA 03:	Dados comerciais da China, 2007	28
TABELA 04:	Participação da China no CI (I)	28
TABELA 05:	Participação dos EUA no CI (I)	28
TABELA 06:	Participação da China no CI (II)	28
TABELA 07:	Participação dos EUA no CI (II)	28



TABELA 08:	Comércio entre China e EUA	30
TABELA 09:	Verbas destinadas à Defesa (China)	32
TABELA 10:	Verbas destinadas à Defesa (EUA)	33
TABELA 11:	Número de autores por nacionalidade	64
TABELA 12:	Número de autores por nacionalidade acadêmica	69

## LISTA DE SIGLAS

CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PLA	Exército de Libertação Popular (Exército chinês)
RPC	República Popular da China
SIPRI	Stockholm International Peace Research Institute
TAC	Teoria da Ameaça Chinesa
TPD	Teoria da Paz Democrática
UE	União Européia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## RESUMO

COSTA, Juliana Ribeiro. *A ascensão chinesa e a hegemonia norte-americana: contenção e integração na análise das relações internacionais contemporâneas*. Centro Universitário de Brasília – UNICEUB. Orientador: Professor Frederico Seixas Dias. Agosto de 2009.

O objetivo desta pesquisa é determinar, através de análise bibliográfica e, posteriormente, estatística, a visão acadêmica internacional predominante sobre o crescimento chinês. Analisa-se a percepção acadêmica referente à contenção do crescimento chinês e integração do país ao mundo contemporâneo. Utilizam-se os seguintes caracteres de análise: em primeiro plano, contenção e integração; com auxílio secundário das premissas do determinismo e do voluntarismo. Busca-se identificar se a continuidade da ascensão chinesa traz implicações políticas e econômicas para os EUA – país considerado o único hegemon regional. Faz-se análise estatística para delinear a fonte da produção bibliográfica (nacionalidade acadêmica do(a) autor(a)) e qual perspectiva é tomada (contenção ou integração). Identifica-se, dentro do campo de estudos das Relações Internacionais, qual é a visão acadêmica internacional predominante sobre a ascensão chinesa, qual Academia nacional é dominante no assunto e que visão sobre a ascensão da República Popular da China é mais disseminada mundialmente: contenção ou integração.

**Palavras-chave:** Academia de Relações Internacionais; ascensão chinesa; contenção; integração; Leste Asiático; relações sino-estadunidenses.

## ABSTRACT

COSTA, Juliana Ribeiro. *The rise of China and the American hegemony: an international relations contemporary analysis of containment and engagement*. Centro Universitário de Brasília. Advisor: Professor Frederico Seixas Dias. August, 2009.

The major purpose of this research is to identify through bibliographical analysis and, afterwards, statistically, the predominant academic perception about the rise of China. It analyzes the academic comprehension about containing the Chinese outgrowth and about engaging the People's Republic of China into the contemporary world. The examination is based on four categories. Containment and engagement are the most meaningful. These are assisted by other two categories, determinism and voluntarism. It attempts to identify if the rise of China imposes political and economic difficulties to the United States of America – country which is considered an exclusive regional hegemon. A statistic analysis is made in order to define the source of the bibliographic production (author's nationality) and which perspective is chosen (containment or engagement). This paper identifies, in the academic field of International Relations, what is the main academic standpoint about the rise of China; which national Academy dominates the publications about the subject; and what is the world's most popular perspective about the Chinese rise: containment or engagement.

**Key words:** Academy of International Relations; Chinese rise, containment, East Asia, engagement, Sino-American relations.

## INTRODUÇÃO

O esfacelamento do mundo bipolar, causado pelo fim da Guerra Fria e a derrocada da ex-União Soviética, trouxe uma série de transformações para o cenário internacional. A mais expressiva modificação imposta ao sistema foi o concebimento de um hegemon<sup>1</sup> regional, os Estados Unidos da América.

Ao dinamizar sua lógica econômica, a partir da década de 1970, com a eventual abertura comercial, a China vem apresentando um impressionante enriquecimento. Alguns fatores, como o PIB e a participação do país no mercado mundial, crescem em proporções exponenciais.

Além do salto econômico, os chineses investem regularmente em suas capacidades militares e nucleares, aumentando a possibilidade de outras nações se sentirem ameaçadas e gerando uma possível sombra de instabilidade na ordem de segurança internacional.

O contínuo crescimento da influência e participação da China no mercado e no cenário internacional e o aperfeiçoamento de suas capacidades militares são responsáveis pela crescente atenção, da academia internacional e de múltiplas nações, para com o futuro da China e da região Ásia-Pacífico.

O cerne da pesquisa remete à seguinte questão: qual é a visão de predominância, contenção ou integração, na Academia de Relações Internacionais, em relação à ascensão da República Popular da China? E qual Academia nacional domina o meio intelectual referente ao tema? O problema dessa pesquisa é investigar, por meio de uma revisão bibliográfica, como são distribuídas essas visões em termos de nacionalidade dos autores – tanto no sentido dos seus locais de nascimento, quanto em termos de onde eles estão academicamente instalados. A partir da organização estatística desses dados, espera-se poder fazer conclusões analíticas relevantes a respeito de como a Academia de Relações Internacionais tem entendido a ascensão da China no sistema internacional.

---

<sup>1</sup> “A state exercising hegemony is sometimes referred to as a **hegemon**. An alternative characterization reflecting preeminent position for a state, but also not necessarily implying dominance, is to refer to it as a leader exercising leadership of other states within its sphere.” In: KAUPPI & VIOTTI, pp. 479.

Os analistas de Relações Internacionais, na contemplação desse fenômeno, especificamente sobre que reações a ascensão chinesa provocará nos EUA, têm se dividido em dois grupos principais. De um lado, os que advogam que o comportamento necessário dos EUA é a contenção da China, ou seja, as decisões políticas e econômicas dos norte-americanos devem promover o arrefecimento da ascensão da RPC. De outro, há aqueles que acreditam que a emergência da China se dá e continuará sendo realizada dentro de um sistema institucionalizado de mercados ao qual o país asiático fatalmente estará completamente integrada. Essa é a visão integracionista, isto é, o perfil de desenvolvimento da China, até o momento, aponta para uma ascensão pacífica e contínua sem a conformação de um quadro conflituoso que motivaria os EUA a por em prática medidas contencionistas.

A análise nesta pesquisa é elaborada a partir de dois aspectos principais, a concepção da ascensão chinesa com embasamento contencionista e integracionista, e dois aspectos secundários, determinismo e voluntarismo. Nesse sentido, o Capítulo 1 versa sobre as quatro categorias de análise, buscando apresentar suas premissas e propósitos neste trabalho.

Com o intuito de gerar maior embasamento para a análise, no Capítulo 2, é apresentado o desempenho econômico chinês, o perfil das trocas comerciais realizadas com os EUA e um panorama dos investimentos militares da RPC.

No Capítulo 3 é feita uma análise dos autores que ponderam sobre a contenção da República Chinesa. Tem-se por base a conduta contencionista estadunidense perpetrada contra a União Soviética ao longo da Guerra Fria. Já no Quarto Capítulo, são trabalhadas as apreciações dos autores em relação ao processo de integração econômica e política da China à ordem internacional vigente.

Por fim é feita uma análise quantitativa e qualitativa sobre a proeminência da visão acadêmica contencionista ou integracionista referente à ascensão chinesa, em meio ao cenário hegemônico estadunidense.

A importância dessa pesquisa reside na grande expectativa mundial referente à ascensão da República Popular da China. Em adição, pode-se dizer que o crescimento chinês deve ser atentamente observado pelo Brasil, tendo em vista que os dois países são grandes parceiros comerciais e compõem, juntamente com Índia e Rússia, o grupo de Estados emergentes no cenário mundial.

## 1. AS CATEGORIAS DE ANÁLISE – DETERMINISMO, VOLUNTARISMO, CONTENÇÃO E INTEGRAÇÃO

Este primeiro capítulo se objetiva no delineamento das categorias utilizadas para definir a análise sobre a ascensão chinesa e suas implicações para os EUA. As classes empregadas neste estudo são: determinismo, voluntarismo, contenção e integração. Nesse sentido, cada um dos objetos será abordado separadamente.

### 1.1. Determinismo

Teorias estruturalistas influenciam substancialmente o discurso acadêmico contemporâneo de Relações Internacionais (WENDT, 1987, pp. 335). Este renomado autor construtivista debate ontologicamente o papel da estrutura internacional como agente de transformação da política externa dos Estados. A busca pela relação entre estrutura e agente é delineada neste item através da coerção sofrida pelos atores em função das limitações impostas pelo cenário internacional.

Na perspectiva determinista, as relações entre Estados no cenário internacional apresentam constantes efeitos anunciados. Nas Ciências Naturais, a relação de causa e efeito é imutável e há, por parte dos teóricos positivistas de RI, aplicação dessa mesma lógica para o nosso campo de estudos. O comportamento do agente, na visão determinista, é embutido de radicalismo que sempre o leva a uma direção específica. Os atores não são livres, decisões essencialmente políticas são aceitas ou coibidas pelo sistema internacional.

Em Relações Internacionais (RI), o determinismo infere justamente a pressão que o sistema impõe sobre o Estado. Para aqueles afeiçoados aos modelos deterministas, as ações e escolhas humanas são praticamente insignificantes no que concerne a mudanças radicais na lógica do sistema ou na coordenação de ações entre os atores internacionais.

*To many realist writers [...] the system is deemed important for its impact on international actors. [...] Realist writers portray the system as having a life of its own. [...] Statesmen are granted too little autonomy and too little room to maneuver, and the decision-making process is seemingly devoid of human volition. Human agents are pawns of a bloodless system that looms over them, a structure whose functioning they do not understand and mechanics of which they only dimly perceive. Statesmen are faced with an endless array of constraints and few opportunities. It is as if they are engaged in*

*a global game, a game called power politics, and they are unable to change the rules even if they so desire. (KAUPPI & VIOTTI, 1998, p. 83-84).*

A partir desse contexto pode-se observar que, para as teorias deterministas, o sistema internacional tolhe a conduta das unidades. O fortalecimento dessa estrutura se dá através da história e cada vez mais esse comportamento é reforçado por uma série de constrangimentos – sejam de viés político, econômico, militar ou social. Assim, os raros ensejos de transformação são coagidos, especialmente quando os atores são os Estados mais fracos (FRIEDMAN & STARR, 1997, pp. 10).

*For Wendt, determinism is a reflection of, and follows from, the deep structure of the world. Wendt's scientific realism is, in turn, inseparable from his view of historical progress. What makes scientific inevitable, i.e., a rump material reality science is trying to describe, is the same reality that moves history towards progress. This substantially reduces the scope for agency, and consequently diplomacy, in a double sense: it limits the very stakes of diplomacy and also the actual choices diplomats have. (SÁRVÁRY in GUZZINI & LEANDER, 2006, pp. 160)*

Logo, inserido no escopo determinista, o agente é percebido como um ente sem chances significativas de livre-escolha. Sempre irá existir uma estrutura delineando o seu comportamento e coibindo suas ações. Assim são os Estados: estruturas políticas incapazes de mudar a lógica do sistema internacional através de suas escolhas. O comportamento desse ator deve seguir um modelo apontado pela conjuntura internacional, caso contrário é passível de sofrer retaliações ou não atingir seus objetivos.

*Os líderes estatais não possuem orientação política explícita para encarar os problemas práticos da política mundial. Isso ocorre porque eles têm pouca ou quase nenhuma escolha, devido à estrutura internacional delimitadora onde devem operar. (JACKSON & SORENSEN, 2007, p. 126).*

Nesse sentido, cabe ressaltar que a visão determinista das RI impõe barreiras estruturais para a definição da política externa dos Estados. As circunstâncias do sistema trazem esse caráter limitador para os agentes. Desta forma, a estrutura define a política adotada, ou seja, há grande limitação nas escolhas. Este fator leva os Estados a agirem de forma automática no cenário internacional, priorizando seus interesses e obedecendo às normas de uma ordem vigente.

Para JACKSON & SORENSEN (2007, p. 128), outro fator que corrobora a concepção determinista das RI remete à administração ou manutenção do panorama em vigor pelas potências de um referido sistema. Os grandes atores possuem altíssimo interesse em manter uma ordem que os favoreça, logo, perpetrar mudanças na lógica estrutural importaria desgaste àqueles que são beneficiados pelo modelo. Em relações internacionais, isto significa ampla possibilidade de enfrentamento.



Por tudo que foi dito, cabe sintetizar que o determinismo nas relações internacionais se dá através da inaptidão dos Estados em se desvencilhar de um arcabouço de interferências ou influências perpetrado pelo sistema internacional. Os agentes utilizam suas capacidades em busca de garantir a consecução de seus interesses sob a pressão de constrangimentos estruturais que definem e cerceiam suas escolhas.

## 1.2. Voluntarismo

Quando se coloca em pauta o voluntarismo nas relações internacionais, temos outro panorama. Em contrapartida ao determinismo, a lógica voluntarista é sustentada pelos efeitos causados a partir das ações do indivíduo provenientes de suas escolhas. Desta forma, a realidade é originada pela vontade e ação humana.

*Voluntarism is the opposite to determinism within studies of human behavior, in its emphasis on the role of human self-determination – of the role of consciousness and choice in shaping personal behavior and, thence, of developments in politics and economics. (BARRY-JONES, 2001, pp. 823)*

A capacidade do indivíduo de fazer escolhas ou tomar decisões que podem gerar transformações na lógica social é consagrada como premissa central do voluntarismo. A concepção do sistema internacional está diretamente relacionada às deliberações humanas. Isso significa que as escolhas feitas pelos agentes influenciam substancialmente os seus destinos, individuais ou coletivos. Admitindo a perspectiva voluntarista, o mesmo pode ser deduzido em relação ao cenário internacional.

Ao contrário do argumento determinista, a proposta baseada na capacidade de mudança findada nas escolhas dos agentes observa que não há uma força superior agindo sobre os Estados e impondo comportamento demarcado aos atores. No campo das relações internacionais, os indivíduos que geralmente agem e têm capacidade para transformar a realidade são os chamados *decision makers* ou *policymakers* – estes apresentam escolhas importantes e são aptos a influenciar possíveis resultados.

Autonomia é uma característica fundamental dos agentes. É através de sua liberdade e vontade que o indivíduo se impõe e não mais se revela como um ator coagido e determinado pelo

sistema. Como inferido em Kauppi & Viotti (1998, p. 219): “*Statesmen impose themselves on events, not the reverse*”.

O voluntarismo é peça central na lógica multilateral empreendida pelos Estados atualmente. Nesse sentido, os indivíduos têm papel capital no cenário internacional.

*Individual statesmen can, if they are willing, shape the world order. They have to deal with power and they understand that political choices have to be made among competing alternatives if international regimes for the management of interdependence are to be maintained in such fields as money, trade, postal service, telecommunication, fishing, and environmental protection. (KAUPPI & VIOTTI, 1998, p. 209).*

A ênfase dada ao indivíduo, às escolhas, ao possível delineamento do destino e à possibilidade de causar impactos na realidade são características do Voluntarismo que podem nos levar a transitar no campo das mudanças. Se há possibilidade de escolhas e vontade para segui-las, as mudanças são praticáveis. Uma vez que a transformação do ambiente ou de sua lógica é resultado de decisões racionalizadas pelo agente, acredita-se que a mudança pacífica se torna algo tangível (KAUPPI & VIOTTI, p. 221).

O debate sobre a importância do indivíduo para explicar o comportamento do sistema é recorrente no campo das relações internacionais – sendo o seu cerne a discussão entre determinismo e voluntarismo. Se as relações internacionais forem entendidas a partir da noção de sistema internacional, é necessário enfatizar que outros níveis de análise, como o indivíduo e as decisões internas aos Estados, são praticamente irrelevantes. Entretanto, se a compreensão das relações internacionais for baseada no escopo voluntarista, os níveis de análise antes dispensados originam o entendimento – isto ocorre uma vez que as escolhas geradas por indivíduos, grupos e instituições podem afetar substancialmente o funcionamento da política mundial.

Nesse sentido, temos o Voluntarismo como um aporte que possibilita a transformação do ambiente em que as relações entre agentes internacionais ocorrem e, por conseguinte, a característica endógena do sistema internacional defendida pelo Determinismo é contraposta. De acordo com a lógica voluntarista, o sistema internacional está aberto e sujeito a mudanças, tudo enfatizando o papel do livre arbítrio em detrimento da coação do sistema internacional. A vontade influencia os resultados. Os líderes políticos, através de múltiplas opções, são capazes de direcionar os eventos transformadores da realidade internacional. Nas relações internacionais os Tratados Internacionais representam o voluntarismo estatal.

### 1.3. Contenção

O contencionismo foi a estratégia empregada pelos norte-americanos em relação aos soviéticos ao longo da Guerra Fria. George Kennan foi o responsável por nomear e elaborar a política de contenção utilizada pelos EUA enquanto durou a rivalidade dos regimes que caracterizou a maior parte do século XX.

*In these circumstances [Cold War] it is clear that the main element of any United States policy toward the Soviet Union must be that of a long-term, patient but firm and vigilant containment of Russian expansive tendencies.* (KENNAN, 1947, pp. 6)

Para Kennan, cientista político e diplomata norte-americano, os EUA deveriam empregar políticas que, eventualmente, se objetivariam no enfraquecimento ou, até mesmo, desmantelamento da antiga URSS. Os norte-americanos deveriam sufocar o regime do Kremlin, como observado no trecho abaixo:

*The United States, Kennan's article implied, should face down the Soviet Union and its Communist allies whenever and wherever they posed a risk of gaining influence. In fact, Kennan advocated defending above all else the world's major centers of industrial power against Soviet expansion: Western Europe, Japan, and the United States.* (Departamento de Estado dos EUA)<sup>2</sup>

O entendimento do termo contenção é tido como ação ou política empregada na prevenção do alastramento de uma força hostil. Uma tentativa de contrabalanço ao florescimento de uma força opositora. Especialmente aquelas que possam dinamizar o cenário internacional impondo constrangimentos às potências dominantes.

Como observado anteriormente, ao longo da Guerra Fria, a contenção foi o princípio central da estratégia de política externa norte-americana contra os soviéticos. Base governamental que visava impedir a disseminação mundial do comunismo soviético. Alguns autores, como Gill Bates (2001, pp. 12), defendem que os EUA devem reempregar a política de contenção com o objetivo de impedir o progressivo desenvolvimento chinês – talvez a aplicação de uma nova vertente da Doutrina Truman.

---

<sup>2</sup> Kennan and containment, 1947. Disponível em: <http://www.state.gov/r/pa/ho/time/cwr/17601.htm>. Acesso: 04/abr/2009.

Em princípio, o modelo de contenção aqui descrito pode ter duas formas. A criação de alianças estratégicas para monitorar a expansão de uma potência hostil/sua ideologia ou para forçar uma negociação pacífica. Ou então, ela pode ser findada nos termos da Teoria da Dissuasão (*Deterrence Theory*).

Esta Teoria remete à estratégia militar desenvolvida após a II Guerra Mundial e utilizada ao longo da Guerra Fria. A prevenção de conflito nuclear é ensaiada através do acúmulo de armamentos. A base da teoria é garantir que um agressor irá sofrer danos em demasia para fazer o conflito/a hostilidade valer à pena.

O padrão das relações entre atores internacionais durante o período da Guerra Fria ilustra os dois aspectos propostos. Por um lado, os EUA, através de suas alianças bilaterais com países asiáticos e multilaterais com países europeus (BEESON, 2009), ofuscavam quaisquer pretensões expansionistas da ex-URSS. Por outro, a configuração da chamada Cortina de Ferro conjuntamente com a corrida armamentista desenvolvida ao longo da Guerra Fria ilustram aspectos de políticas embasadas na Teoria da Dissuasão.

A contenção, como artifício de Estado frente a outros atores, agrega em suas bases ideológicas a questão do equilíbrio de poder. O emprego desse tipo de política remonta a quadros em que o *status quo* de algum ente sofre ameaças. É um modo ofensivo de se pensar as relações internacionais, indicando a política de poder como aspecto fundamental do sistema internacional.

Nesse sentido, transformações na lógica do sistema internacional ou na interação entre as estruturas que o compõe, apresenta viés conflituoso. A concepção de uma nova trajetória na Ordem Mundial, sob o prisma ofensivo, traria embates significativos entre os atores – como inferido anteriormente, a manutenção do *status quo* é vital para aqueles que detém maior poder relativo.

Outro fator que viabiliza a concepção ofensiva e de contenção das relações internacionais é a anarquia internacional. A carência de autoridade política confere ao sistema internacional aspecto caótico, já que não há monopólio legítimo da força capaz de impor a paz ou garantir aos agentes que seus direitos não serão violados. Por sua vez, seguindo este contexto, a política de poder é encarada como o fator que maior surte efeito na consecução dos interesses nacionais.

Waltz enfatiza que a anarquia força a competição por poder entre os Estados (JACKSON & SORENSEN, 2007, p. 87).

Ademais, a contenção também pode ser vista em diferentes contextos de polaridade. Como citado previamente, a contenção foi característica marcante do sistema bipolar da Guerra Fria. Este estudo entende que os Estados Unidos da América (EUA) atualmente são uma nação hegemônica. No entanto, a partir de conceitos discorridos a seguir, leva-se adiante que os EUA são uma hegemonia regional, como sugere John J. Mearsheimer:

*A hegemon is a state that is so powerful that it dominates all the other states in the system. No other state has the military wherewithal to put up a serious fight against it. In essence, a hegemon is the only great power in the system. [...] Hegemony [...] is usually interpreted to mean the entire world. It is possible, however, to apply the concept of a system more narrowly and use it to describe particular regions, such as Europe, Northeast Asia and the Western Hemisphere. Thus, one can distinguish between global hegemons, which dominate the world, and regional hegemons, which dominate distinct geographical areas. The United States has been a regional hegemon in the Western Hemisphere for at least the past one hundred years. No other state in the Americas has sufficient military might to challenge it, which is why the United States is widely recognized as the only great power in its region. [...] The United States is the only regional hegemon in modern history, although other states have fought major war in pursuit of regional hegemony: imperial Japan in Northeast Asia, and Napoleonic France, Wilhelmine Germany, and Nazi Germany in Europe. But none succeeded. (2001, p. 40-41)*

Seguindo as premissas de hegemonia regional em uma conjuntura de contenção, Mearsheimer defende que um hegemon regional não irá tolerar a emergência de outros hegemon regionais. Os Estados Unidos tentam assegurar sua posição exclusiva, uma vez que um rival alcance o mesmo *status quo* estadunidense, em outra região, ele poderá interferir na esfera de influência dos EUA (JACKSON & SORENSEN, 2007, p. 87).

Desta forma, considerando um hegemon regional exclusivo inserido no cenário anárquico, acredita-se que a tentativa ou ascensão de um segundo Estado com potencial hegemônico irá provocar nos EUA reações de contenção para com o outro ator.

## 1.4. Integração

A perspectiva de integração nesta monografia é embasada nas premissas sobre o enriquecimento das interações entre os Estados. Fugindo da idéia de integração, como a

observada na União Européia. Aqui o objeto é a intensificação das trocas sociais e econômicas como ferramenta de integração.

Nesse contexto, é possível identificar que as relações entre os atores de relações internacionais admitem não só os fluxos comerciais, mas também as estruturas políticas formadas no cenário de interdependência. Este modelo infere o ambiente internacional como um palco de cooperação e não conflituoso.

O atual volume de trocas realizado entre os Estados proporcionou, ao longo dos séculos, o fomento da dependência entre sociedades e governos. Nessa lógica é difícil perceber a continuidade do desenvolvimento estadunidense, o hegemon regional, sem a interação com os outros Estados. Atualmente, a sobrevivência econômica dos Estados depende diretamente das relações mantidas entre si.

Na perspectiva da interdependência, a multiplicidade de fatores que atualmente compõem as relações internacionais é surpreendente e seria demasiado simplista reduzi-las unicamente à força militar ou ameaça de guerra. A falta de um poder central não inibe o processo de interdependência. O aporte teórico que defende os processos de interação econômica entre os Estados infere que os conflitos trariam danos intensos às nações, e isto serve de motivo para que eles não se engajem militarmente.

*As the states of East Asia become increasingly integrated into the world economy, the question of whether economic interdependence is force for peace or a force for war takes on renewed significance. [...] Those in favor engagement argue, among other things, that drawing China into the global economy will encourage it to be peaceful. This argument is founded on the liberal thesis that trade fosters peaceful relations by giving states an economic incentive to avoid war: the main benefits received from trade make continued peace more advantageous than war. (COPELAND in IKENBERRY & MASTANDUNO, 2003, pp. 323)*

Logo, a possibilidade de um enfrentamento entre China e EUA, em meio a um cenário de intensificação das trocas econômicas, é significativamente reduzida, uma vez que o sucesso econômico se sobrepõe aos custos de um conflito direto. Outro fator que atualmente difere da lógica Realista é a busca dos Estados pelas manobras de *soft power*.

*Soft power is the ability to get what you want through attraction rather than coercion or payments. Think of the impact of Franklin Roosevelt's Four Freedoms in Europe at the end of World War II; of young people behind the Iron Curtain listening to American music and news on Radio Free Europe; of Chinese students symbolizing their protests in Tiananmen Square by creating a replica of the Statue of Liberty [...] When you can get others to want what you want, you do not have to spend as much on sticks and carrots to*

*move them in your direction. Seduction is always more effective than coercion. [...] Hard power, the ability to coerce, grows out of a country's military and economic might. Soft power arises from attractiveness of a country's culture, political ideals, and policies. When our policies are seen as legitimate in the eyes of others, our soft power is enhanced.* (NYE in ILGEN, 2005, pp. 25)

Nesse sentido, a integração da China ao sistema internacional acontece através de vários pontos, seja devido ao aumento nos fluxos comerciais ou na tentativa de angariar *soft power*, como por exemplo, a competição com a Índia para o título de sede do Budismo e, portanto, o espaço cultural de definição do “perfil espiritual” da Ásia (PINTO, 2008b).

É importante levar em conta que a sociedade internacional contemporânea tem uma base cultural. A característica dessa cultura não remonta a um exclusivo modo de vida ou interação social, ou seja, não é uma cultura em que todas as sociedades pensam, agem e têm as mesmas preferências e credos, mas sim a cultura da chamada “modernidade”.

A China comunista se abriu para um mundo imerso na lógica da modernidade que, de acordo com Ianni (1997), sugere a ocidentalização do mundo. A inserção chinesa na dinâmica multilateral de interdependência denota o avanço do neoliberalismo e, conseqüentemente, do capitalismo ao país vermelho do extremo oriente. A ordem governamental chinesa é desafiada pelos padrões e valores sócio-culturais da ocidentalidade, principalmente sob suas formas européia e norte-americana (IANNI, 1997, pp. 75).

*A tese da modernização do mundo sempre leva consigo a tese de sua ocidentalização, compreendendo principalmente os padrões, valores e instituições predominantes na Europa Ocidental e nos EUA. É uma tradução da idéia de que o capitalismo é um processo civilizatório não só “superior”, mas também mais ou menos inexorável. Tende a desenvolver-se pelos quatro cantos do mundo generalizando padrões, valores e instituições ocidentais. É claro que sempre se acomoda ou combina com os padrões, valores e instituições com as quais se defronta na mais diferentes tribos, sociedades, nações, nacionalidades, culturas e civilizações. Pode conviver mais ou menos tensa ou pacificamente com outras formas de organização da vida e trabalho; mas em geral predominando.* (IANNI, 1997, pp. 77)

Cabe ressaltar que este processo de ocidentalização ou inserção na dinâmica de interdependência ainda não trouxe completamente a China para o mundo capitalista, pois suas estruturas social e política interna ainda recaem nos padrões comunistas. Contudo, é importante salientar que as trocas comerciais e as interações políticas e sociais perpetradas pelo país em sua política exterior remontam às instituições liberais criadas ao longo do século XX pelas potências ocidentais.

Outro aspecto imprescindível do cenário internacional vigente remete à participação de novos atores. O Estado, titular de deveres e direitos legais e morais, compartilha espaço na

sociedade internacional com as organizações internacionais (OI's), grupos não-estatais de vários tipos e indivíduos.

*Enquanto o liberalismo baseava-se no princípio da soberania nacional, ou ao menos o tomava como parâmetro, o neoliberalismo passa por cima dele, deslocando as possibilidades de soberania para as organizações, corporações e outras entidades de âmbito global. [...] O que cria a ilusão da integração, ou homogeneização, é o fato indiscutível da força do ocidentalismo conjugado com o capitalismo. (Idem, 1997, pp. 79 e 89)*

A força não é mais o instrumento político de maior importância: as relações econômicas, os processos sociais (migrações, movimentos civis) e a presença das organizações internacionais passam a ter significativa preponderância sobre o antigo mecanismo de violência. Somado a isso, existem outras modificações relevantes em relação ao antigo entendimento do cenário internacional através da política de poder, como a existência de múltiplos canais de comunicação e influência.

A ausência de hierarquia temática também é uma característica importante do mundo a partir da visão de interdependência. De acordo com Copeland (in IKENBERRY & MASTANDUNO, 2003, pp. 334) “*International trade is not simply a question of ‘low politics’ having little to do with the core issues of national survival.*” Ademais, a segurança não é mais exclusivamente o tema central.

*While the traditional Anglo-American realists considered military security as high politics, Chinese tend to place greater emphasis on economic and technological development. This difference is attributable to China’s recent conviction that international politics is now characterized by the competition for comprehensive power on a wide range of battlegrounds in, inter alia, military, political, economic and technological areas. (DENG, 1998, pp. 315)*

Sumarizando, o caractere de análise “integração” remete à concepção de um mundo em que há o crescimento exponencial das interações econômicas e sociais. Um modelo em que a dependência entre Estados, governos e sociedades é característica fundamental, além da concepção de uma ampla agenda. A atuação de múltiplos agentes é possibilitada através dos canais de comunicação criados no cenário internacional – a troca de informações gera mais credibilidade entre os atores e para o sistema internacional. E, por fim, a condução das relações internacionais no modelo de interdependência apresenta caráter cultural da ocidentalidade. Nesse sentido, o foco é analisar a ascensão chinesa a partir desse modelo de relação mundial.

## 1.5. Considerações sobre as categorias de análise



Os quatro conceitos desenvolvidos irão pautar a análise que será empreendida ao longo da pesquisa. Cabe ressaltar que o objetivo é verificar a predominância acadêmica internacional da visão integracionista ou contencionista em relação à ascensão da RPC, logo esses dois conceitos possuem mais peso na análise do que os aportes determinista e voluntarista.

A categoria da contenção foi corroborada pela Teoria Realista das Relações Internacionais e pelo determinismo. A perspectiva da contenção observa que a continuidade da ascensão chinesa traz sérias implicações políticas e econômicas para os EUA.

Este item infere as preocupações e possíveis ações políticas e econômicas dos Estados Unidos da América que se objetivam em mitigar o crescimento da influência chinesa no cenário internacional. A transição na balança de poder pode ser revertida em conflito entre o ator dominante e o agente que desafia a dinâmica vigente.

Como abordado anteriormente, a contenção foi uma medida adotada pelo governo estadunidense na tentativa de impedir a disseminação do modelo socialista pelo mundo. Autores que trabalham com a premissa da contenção observam que o comportamento dos EUA em relação aos chineses deve conter traços dessa política elaborada por Kennan.

A visão de integração é apresentada com embasamento na Teoria Liberal das Relações Internacionais e pelo voluntarismo. Nessa parte da análise, a China é vista como um ator emergente que não traz perigos à ordem internacional vigente. Os Estados buscam integrar a China à lógica liberal do mundo de economias e sociedades globalizadas.

Desde o governo Clinton (1993-2001) os EUA intensificaram suas relações comerciais com a República Popular da China e, nesse sentido, é observada a implementação de políticas que trazem com maior intensidade o país oriental para a rede mundial de interações econômicas, sociais e políticas.

Do ponto de vista da integração econômica mundial, a China não representa ameaça a nenhum outro Estado, especialmente ao hegemon. O aporte teórico ressalta que conflitos são muito onerosos aos Estados, logo a conformação de um conflito entre os EUA e a China não é plausível. Autores liberais destacam que a China está exclusivamente comprometida com seu desenvolvimento econômico.

Para que a análise se dê de forma mais clara e consistente, serão apresentadas, a seguir, considerações sobre a situação econômica e militar da República Popular da China.

## 2. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MILITAR DA CHINA

As informações que seguem serão utilizadas para embasar as análises das categorias apresentadas no Capítulo 1.

### 2.1. Aspectos econômicos

O início das reformas econômicas da RPC aconteceu ao final da década de 1970. Desde então a China vem se consolidando como a maior economia crescente do mundo. Extraordinariamente, desde o ano 2000, o crescimento do PIB real chinês apresenta média de 9,7% a.a (Gráfico 01).

Gráfico 01: Taxa do crescimento chinês (%)



Fonte: World Trade Organization, International Trade Database

Muitos economistas especulam que a China irá se tornar o maior exportador do mundo nos próximos anos e, mais adiante, a maior economia global. Analistas inferem que isso ocorrerá se o país mantiver sua política de reformas econômicas, especialmente com relação às ineficientes empresas estatais e seu sistema bancário. Ademais, a RPC enfrenta sérias dificuldades referentes às questões ambientais e o crescimento das desigualdades sociais, que futuramente podem levar o país a um cenário de instabilidade política.

O comércio é a força motriz da ascensão chinesa. Em 2005, as exportações cresceram 28,4% - atingindo US\$ 762 bilhões (bi) – e as importações aumentaram 17,6% - atingindo US\$ 660 bi - produzindo um superávit de US\$ 102 bi<sup>3</sup>. A China ocupa o terceiro lugar na lista de grandes economias, ficando atrás apenas dos EUA e da Alemanha<sup>4</sup>. O resultado desse crescimento extraordinário vem dos inúmeros investimentos diretos de capital externo e das exportações varejistas de bens de consumo. Veja abaixo (Tabela 01) os parceiros de importação e exportação da RPC no ano de 2005:

Tabela 01: Importações e Exportações Chinesas em 2005

País	Comércio Total	Exportações Chinesas	Importações Chinesas	Balanço Comercial Chinês	Balanço Total Reportado Pelo Parceiro
(US\$ Bilhões)					
ASEAN	130,4	55,4	75	-19,6	N/A
Estados Unidos	211,6	162,9	48,7	114,2	-201,6
Hong Kong	246,8	124,5	122,3	2,2	-4,7
Japão	184,5	84	100,5	-16,5	-28,5
União Européia	219,3	143,7	75,6	68,1	-132

Fonte: *Official Chinese Trade Data and Global Trade Atlas*

A economia chinesa e seus números volumosos são fonte de preocupação para os políticos estadunidenses. O grande sucesso econômico chinês não abriu tantas portas para as exportações norte-americanas. Ademais, as exportações chinesas para os EUA impõem alta pressão competitiva para as indústrias americanas. Nesse sentido, existe um peso muito grande para que a RPC se insira completamente nas regras da OMC – especialmente em relação à proteção dos direitos de propriedade intelectual, sua política monetária e o uso de subsídios (SETSER, 2008, pp. 19). As Tabelas 2 a 7, a seguir, apresentam as performances da China e dos EUA no comércio internacional.

<sup>3</sup> Ministry of Commerce – People's Republic of China. Dados disponíveis em: <http://english.mofcom.gov.cn/static/column/statistic/ie.html/1>. Acesso: 03/abr/2009.

<sup>4</sup> World Trade Organization. Dados disponíveis em: <http://stat.wto.org/CountryProfile/WSDBCountryPFView.aspx?Language=E&Country=CN,DE,US>. Referente ao ano de 2007. Acesso: 03/abr/2009.

Tabela 02: Dados comerciais dos EUA, 2007

Estados Unidos			
Indicadores Básicos		Rank na OMC	
PIB (Milhões US\$ PPP)	13 811 200	Exportações	Importações
Saldo em Conta Corrente (Milhões US\$)	- 614 359	3	1

Fonte: OMC – Disponível em: [http://stat.wto.org/CountryProfiles/US\\_e.htm](http://stat.wto.org/CountryProfiles/US_e.htm)

Acesso: 03/abr/2009

Tabela 03: Dados comerciais da China, 2007

China			
Indicadores Básicos		Rank na OMC	
PIB (Milhões US\$ PPP, 2007)	7 055 079	Exportações	Importações
Saldo em Conta Corrente (Milhões US\$, 2007)	371 830	2	3

Fonte: OMC – Disponível em: [http://stat.wto.org/CountryProfiles/CN\\_e.htm](http://stat.wto.org/CountryProfiles/CN_e.htm)

Acesso: 03/abr/2009.

Tabela 04: Participação da China no CI, 2007 (I)

China	
Exportações por setor (%)	
Produtos agrícolas	3.2
Combustíveis e Minérios	3.4
Manufaturas	93.2

Principais destinos (%)	
1. União Européia	20.1
2. Estados Unidos	19.1
3. Hong Kong, China	15.1
4. Japão	8.4
5. Coreia do Sul	4.6

Participação no total das exportações mundiais (%) 8.71

Fonte: OMC – Disponível em:

[http://stat.wto.org/CountryProfiles/CN\\_e.htm](http://stat.wto.org/CountryProfiles/CN_e.htm)

Acesso: 03/abr/2009.

Tabela 05: Participação dos EUA no CI, 2007 (I)

Estados Unidos	
Exportações por setor (%)	
Produtos agrícolas	9.8
Combustíveis e Minérios	7.2
Manufaturas	78.2

Principais destinos (%)	
1. Canadá	21.4
2. União Européia	21.3
3. México	11.7
4. China	5.6
5. Japão	5.4

Participação no total das exportações mundiais (%) 8.30

Fonte: OMC – Disponível em:

[http://stat.wto.org/CountryProfiles/US\\_e.htm](http://stat.wto.org/CountryProfiles/US_e.htm)

Acesso: 03/abr/2009.

Tabela 06: Participação da China no CI, 2007 (II)

China	
Importações por setor (%)	
Produtos agrícolas	6.8
Combustíveis e Minérios	22.0
Manufaturas	70.9

Principais origens (%)	
1. Japão	14.0
2. União Européia	11.6
3. Coreia do Sul	10.9
4. Taiwan, China	10.6
5. China	9.0

Tabela 07: Participação dos EUA no CI, 2007 (II)

Estados Unidos	
Importações por setor (%)	
Produtos agrícolas	5.4
Combustíveis e Minérios	21.2
Manufaturas	69.8

Principais origens (%)	
1. União Européia	18.0
2. China	16.9
3. Canadá	15.7
4. México	10.6
5. Japão	7.4

Participação no total das importações mundiais (%) 6.70

Participação no total das importações mundiais (%) 14.16

Fonte: OMC – Disponível em:

[http://stat.wto.org/CountryProfiles/CN\\_e.htm](http://stat.wto.org/CountryProfiles/CN_e.htm)

Acesso: 03/abr/2009.

Fonte: OMC – Disponível em:

[http://stat.wto.org/CountryProfiles/CN\\_e.htm](http://stat.wto.org/CountryProfiles/CN_e.htm)

Acesso: 03/abr/2009.

Analisando os dados apresentados, é possível entender que a China se tornou um grande exportador, em termos mundiais, ficando atrás apenas da Alemanha. Contudo, a entrada de bens de consumo estadunidenses no país não seguiu a mesma tendência. Se por um lado, a China é o segundo maior vendedor para os EUA (Tabela 07), por outro o país ocidental não aparece entre os cinco primeiros fornecedores chineses (Tabela 06).

Também é possível destacar que a maior parte das importações chinesas é originada no próprio continente asiático (Tabela 06). Isso, possivelmente, seria uma evidência que caracteriza o processo de integração econômica na região.

Ainda abordando o quadrante das importações, nota-se que China e EUA, de maneira percentual, apresentam montantes similares. Isto é, em relação às importações por setor, os dois países se deparam com índices percentuais aproximados (Tabelas 06 e 07).

Fazendo referência aos dados das exportações dos dois países foi possível constatar que a RPC, quase em sua totalidade, exporta produtos industrializados, como brinquedos e jogos, roupas, móveis, equipamentos e maquinário elétrico<sup>5</sup>. Os EUA, majoritariamente, também exportam produtos industrializados. No entanto, a exportação de produtos agrícolas norte-americanos figura fundamentalmente o comércio internacional, uma vez que o país é o maior exportador de trigo e soja do mundo<sup>6</sup>.

As trocas comerciais entre China e EUA foram intensificadas ao longo dos anos. Como afirmado anteriormente, o país ocidental não é o mais favorecido e tem apresentando sucessivos déficits (ver Tabela 8).

<sup>5</sup> Fonte: *The US-China Business Council*. Disponível em: <http://www.uschina.org/statistics/tradetable.html>. Acesso: 23/mar/2009.

<sup>6</sup> Fonte: CONAB – Companhia Nacional do Abastecimento. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/index.php?PAG=101>. Acesso: 20/mar/2009.

Ao analisar as informações anteriores sobre o comércio da China com os EUA e outros parceiros asiáticos, é possível inferir que os volumes das trocas entre eles fomentam significativamente o crescimento chinês e, por conseguinte, o processo de integração econômica. Validando estes parâmetros, a sinalização de um maior engajamento das economias é clara. Fazendo alusão aos princípios liberais constata-se que os resultados das trocas são positivos, uma vez que as aproximações que viabilizam o desenvolvimento econômico tendem a trazer prospectos de superação de conflitos em detrimento das perdas causadas por eles.

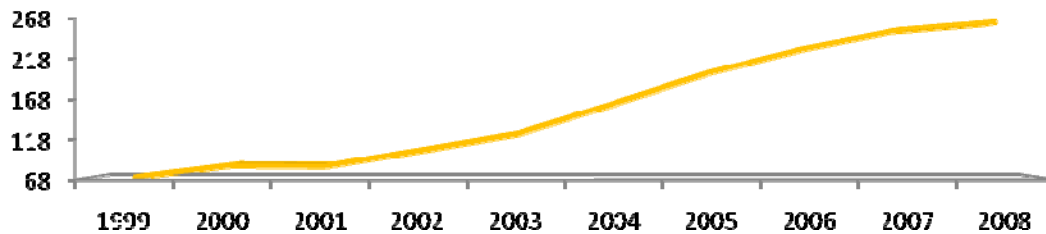
Tabela 08: Comércio entre China e Estados Unidos (US\$ Bilhões)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
EUA Exportações	13.1	16.3	19.2	22.1	28.4	34.7	41.8	55.2	65.2	71.5
% troca	-8	24.4	18.3	15.1	28.5	22.2	20.6	32.1	18.1	9.5
EUA Importações	81.8	100	102.3	125.2	152.4	196.7	243.5	287.8	321.5	337.8
% troca	14.9	22.3	2.2	22.4	21.7	29.1	23.8	18.2	11.7	5.1
Total	94.9	116.3	121.5	147.3	180.8	231.4	285.3	343	386.7	409.2
% troca	11	22.6	21.4	21.2	22.8	28	23.3	20.2	12.7	5.8
EUA Saldo	<b>-68.7</b>	<b>-83.7</b>	<b>-83</b>	<b>-103.1</b>	<b>-124</b>	<b>-162</b>	<b>-201.6</b>	<b>-232.5</b>	<b>-256.3</b>	<b>-266.3</b>

Fonte: US International Trade Commission, US Department of Commerce, and US Census Bureau  
Disponível em: <http://www.uschina.org/statistics/tradetable.html>. Acesso: 03/abr/2009

Com bases nos dados da Tabela 08 (comércio entre China e EUA), é perceptível a disparidade entre exportações e importações dos dois países. Os EUA apresentam absoluta desvantagem comercial, com a média crescente de déficit anual na ordem de US\$ 20 Bilhões (ver Gráfico 02). No entanto, os EUA têm expectativa de que a China irá abrir o seu desmedido mercado consumidor aos seus produtos. As mercadorias chinesas inundam as prateleiras mundiais e o resto do planeta espera ansiosamente o momento em que seus produtos entrarão efetivamente no mercado chinês.

**Gráfico 02: Crescimento do déficit norte-americano no comércio com a China (US\$ Bilhões)**



Fonte: US International Trade Commission, US Department of Commerce, and US Census Bureau.

Disponível em: <http://www.uschina.org/statistics/tradetable.html>. Acesso: 03/abr/2009.

Por fim, vale salientar que as altas taxas de crescimento obtidas pela RPC nas últimas décadas podem não ser repetidas no futuro, trazendo um cenário não tão favorável ao desempenho econômico do país. O desenvolvimento chinês depende diretamente da exploração de matérias-primas e recursos energéticos, especialmente o petróleo. O alto nível de destruição ambiental provocado para que a China chegasse à posição atual pode minar o desenvolvimento futuro da nação. Impactos ambientais são revertidos em perdas econômicas.

*Between the 1920s and the 1970s the Changjiang (Yangtze River) flooded every six years. From the 1980s onward it flooded every two or three years and on a much larger scale. The 1998 flood led to 3,656 deaths and Yuan 300 billion in damage. Premier Zhu admitted the main reason for flooding was over-logging along the big river. [...] A logging ban was implemented in 1999, and a major proportion of the one million woodcutters were reassigned to tree planting. In theory this was a good idea, but in reality local governments had little incentive to implement the ban. A rise in wood prices resulted in even less incentive, and in fact encouraged local authorities to unite with private business to engage in illegal but profitable logging. Meanwhile, in order to export more wooden goods to the whole world, China is beginning to import raw woods from other countries, compounding the impact of global de-forestation. [...] China has almost one-quarter of the world's population but only 6 percent of its fresh water. The big leap forward to capitalism in China resulted in serious pollution of rivers and fresh water resources as a whole all over China. Booming manufacturing also consumes large amounts of fresh water. In the next two decades, annual industrial water use could grow from 52 billion tons to 269 billion tons. As a result now two third of the nation's six hundred cities are facing inadequate supplies of fresh water, simply because many rivers are drying up or are heavily polluted by factories and sewage. (YUFAN, 2006)*

Desta forma, nota-se que a China atualmente é um importantíssimo ator no comércio internacional, galgando posições, fomentando as relações interestatais regionais e globais, promovendo seu desenvolvimento a largos passos. A relação comercial com os EUA é visivelmente positiva para o país asiático, observado saldos extraordinários e impondo

dificuldades aos norte-americanos. Contudo, a altíssima dependência chinesa de recursos naturais e sua enfraquecida política ambiental podem vir a arrefecer o atual quadro de crescimento do país. Ademais, a legitimidade do governo ditatorial chinês está diretamente ligada ao seu desenvolvimento econômico. De acordo com Beeson (2009, pp. 109), a crescente população chinesa irá resguardar o seu governo enquanto os resultados comerciais se mostrarem positivos, ou seja, sérios distúrbios econômicos podem significar uma grave crise política.

## 2.2. Aspectos militares

Transparência militar é um dos imperativos internacionais desde que o controle da difusão de armamentos nucleares tornou-se pauta de diversas conferências do pós II Guerra Mundial. A partir da década de 1990, a RPC iniciou oficialmente sua participação nos mecanismos internacionais de transparência militar. Isto pode ser observada na declaração oficial do Sr. Cheng Jingye (Embaixador Chinês para Assuntos de Desarmamento)<sup>7</sup>.

*The Chinese government has all along attached great importance to military transparency and is committed to confidence building with all other countries. Since 1995, we have published five white papers on national defense and two white papers on arms control, disarmament and non-proliferation, which illustrate China's national defense policy, progress in national defense development and our endeavors for arms control and non-proliferation. Moreover, we have conducted a series of bilateral and multilateral exchanges in the promotion of transparency in military matters.*

A política de transparência não implica na desistência dos investimentos militares ou sua redução. Desta forma, destaca-se que nas últimas décadas o orçamento chinês destinado à defesa tem representado, em média, 1,95% do PIB nacional (ver Tabela 09).

Tabela 09: Verbas destinadas à defesa (China)

<b>Verbas (US\$ Bi)</b>	21,6	23,7	28,5	33,4	36,4	40,6	44,9	52,2	57,8	63,6
<b>% do PIB</b>	1.8	1.8	2.0	2.1	2.1	2.0	2.0	2.0	2.0	1.7

Fonte: SIPRI – Military Expenditure Database

<sup>7</sup> Statement on China's Participation in the UN Military Transparency Mechanism by H.E. Mr. Cheng Jingye, Ambassador for Disarmament Affairs of China, at the Plenary of the Conference on Disarmament, 2007. Disponível em: <http://www1.fmprc.gov.cn/eng/errorpath/t359887.htm>. Acesso: 10/jul/2009.



Como pode ser inferido nos dados recém apresentados, no intervalo de dez anos, a RPC triplicou seus investimentos militares. De acordo com relatório apresentado à ONU, os dirigentes do país consideram os investimentos militares chineses relativamente baixos, quando comparado aos gastos de outros países – a média mundial gira em torno de 3% (SIPRI).

Sendo a maior potência mundial, os EUA, ao longo do século XX, construiu um vasto arsenal – sendo isso resultado da Guerra Fria e de políticas para despontar sua hegemonia. Atualmente, os gastos bélicos norte-americanos não são comparáveis com o de nenhum outro país, tamanha sua grandeza. As despesas militares estadunidenses podem ser acompanhadas na Tabela 10 a seguir:

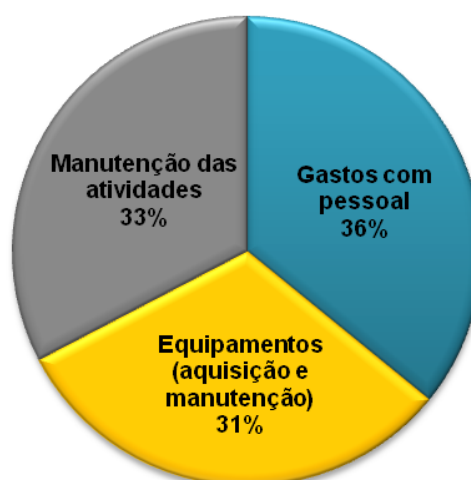
Tabela 10: Verbas destinadas à defesa (EUA)

<b>Verbas (US\$ Bilhões)</b>	329,4	342,0	344,0	387,0	440	480	503	511	524	548
<b>% do PIB</b>	3.0	3.1	3.1	3.4	3.8	4.0	4.1	4.0	4.0	4.0

Fonte: SIPRI – Military Expenditure Database

Há dez anos, os investimentos militares chineses não somavam 10% dos gastos estadunidenses. Hoje, a China investe pouco mais de 10% do valor empregado pelos EUA. O país asiático destina verbas à basicamente três categorias:

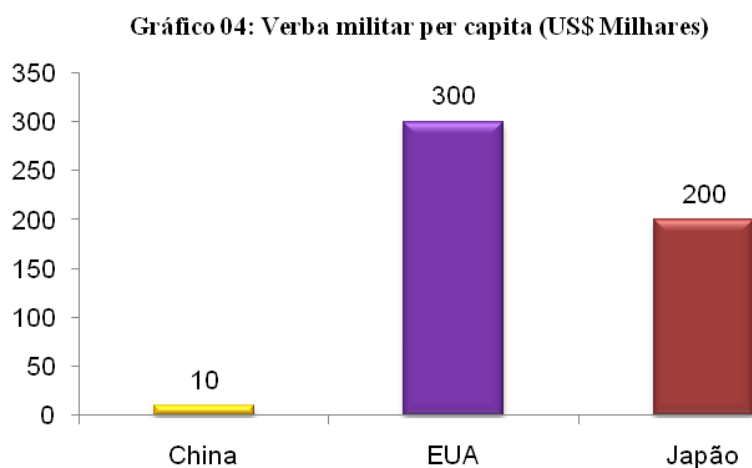
Gráfico 03: Áreas de investimento militar chinês (%)



Fonte: <http://globalsecurity.org/military/world/china/budget.htm>.

Acesso: 13/jul/2009.

De acordo com documento<sup>8</sup> oficial expedido pelo governo da RPC, o país não apresenta condições militares tão ameaçadoras, como inferido por norte-americanos, japoneses e alguns países europeus. Mesmo com seu exército de 2,5 bilhões de soldados, a China apresenta gasto militar per capita muito inferior aos EUA e ao Japão (ver Gráfico 04). Contudo, há que se considerar a superioridade numérica da população chinesa.



Fonte: *China's defense still fairly low: official.*

Disponível em: <http://au.china-embassy.org/eng/wgc/t71626.htm>. Acesso: 13/jul/2009.

Estimar precisamente as despesas militares dos países é algo difícil. Apesar da demanda internacional por transparência no setor, agências governamentais e centros de estudos voltados para o assunto, geralmente, encontram números diferentes para o mesmo objeto. Uma das explicações mais recorrentes trabalha com a hipótese da flutuação cambial/conversão de divisas como cerne da interferência nos valores finais.

A China, como os outros países que possuem tecnologia nuclear de guerra, está atualizando, modernizando e aprimorando suas forças atômicas. O debate sobre o desenvolvimento é unilateral, os Estados Unidos acusam o Governo chinês de ter intenções agressivas, referendando sua posição ao destacar seletivamente qual é o “real” desenvolvimento

---

<sup>8</sup> *China's defense spending still fairly low: official.* Disponível em: <http://au.china-embassy.org/eng/wgc/t71626.htm>. Acesso: 13/jul/2009.

buscado pelos chineses<sup>9</sup>. Esse tipo de discurso é geralmente encabeçado pelos acadêmicos conservadores e pela extrema direita da mídia norte-americana, entretanto, os chineses nunca se opuseram formalmente a esse tipo de provocação. Ao contrário, a China aproveita esse âmbito de segredo e julgamento para esconder a escala, o alvo e propósitos da sua modernização.

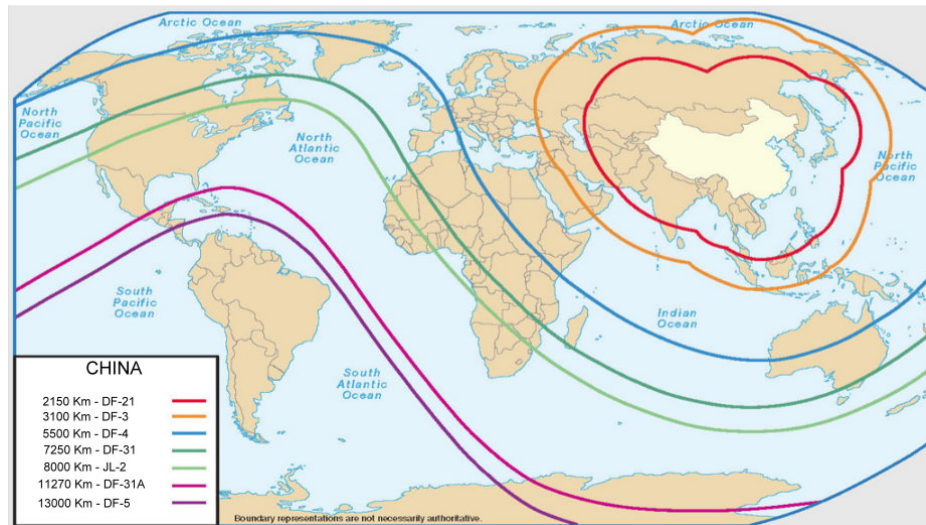
O cerne da preocupação norte-americana reside no fato dos Estados Unidos serem um possível alvo do arsenal chinês. Desde o período da Guerra Fria, a China vem obtendo sucesso em seu programa nuclear. Atualmente, a área continental estadunidense faz parte do espectro de alcance dos mísseis balísticos chineses. (ver Figura 01). Além do mais, a China possui tecnologia A-SAT<sup>10</sup>, o que leva sérias preocupações ao governo dos EUA.

*The most serious trouble for America from China is Chinese military build-up. January 11th of this year China conducted an unprecedented anti-satellite missile test (A-SAT). They fired a missile that travelled through space and hit a Chinese weather satellite destroying it and creating sixteen thousands of pieces of debris which pose a threat to other satellites. U.S. officials were shocked by this development because U.S. intelligence estimates of China's military have been stating for years that China was ten, fifteen and maybe twenty years behind the United States. That they were so far behind that there was no way China could pose a threat. What the Chinese A-SAT showed was that China is not seeking to follow the U.S. missile for missile, ship for ship, submarine for submarine. They are going after other weapons; they are trying to leap ahead with special technology. And they are doing this in a number of key areas, one of which is anti-satellite weapons. Within the next 5 years China will have the capability of destroying all U.S. lower orbit satellites. Basically this could be the modern day equivalent of a space Pearl Harbor against the United States. (GERTZ, 2000, pp. 67)*

Figura 01: Mapa de alcance dos mísseis balísticos nucleares da RPC

<sup>9</sup> Report on China's Military Power 2006 – US Department of Defense.

<sup>10</sup> Tecnologia militar em que um míssil é lançado de uma base terrestre e atinge um satélite que está orbitando. Míssil anti-satélite.

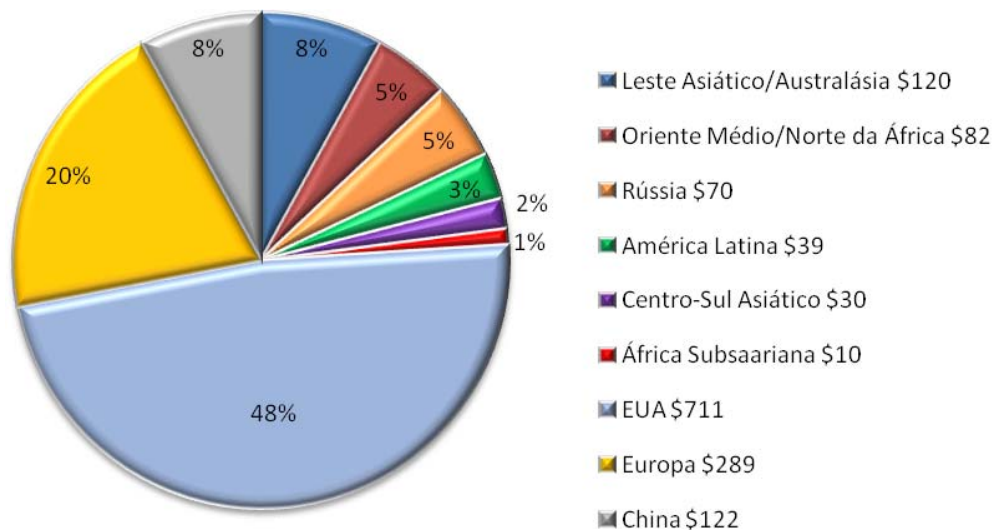


Fonte: Report on China's Military Power 2006 – US Department of Defense

É com base nas informações apresentadas – investimento anual crescente, largo alcance de mísseis nucleares, aquisição de tecnologia de ponta – que os EUA consideram a China uma ameaça. Ademais, da mesma forma que outros países, ao adquirir novos equipamentos mais sofisticados e eficientes, a China se desfaz dos seus acessórios antigos. Porém, a comunidade internacional aponta indícios da venda de equipamentos de alta tecnologia nuclear a países como a Coreia do Norte – considerado um *rogue state*.

Mesmo com esses indicadores é necessário destacar, comparativamente, o nível de investimentos de vários países e regiões do mundo. Isto porque, os EUA, consideram a China um enorme desafio do século vigente – seja em suas vertentes militar ou econômica. Desta forma, ao mostrar este novo indicador é possível observar mais claramente o que a China é e o que ela representa militarmente para os EUA e para o resto do mundo (ver Gráfico 05).

Gráfico 05: Despesas militares no mundo, 2008 (US\$ Bilhões e % mundial)



Fonte: Center for Arms Control and Non-Proliferation

Disponível em: <http://www.globalissues.org/article/75/world-military-spending>.

Acesso: 13/fev/2009.

Por fim, a análise deste último permite observar a discrepância entre os EUA e as outras regiões ou países. Nota-se claramente sua superioridade em investimentos. Ademais, é possível observar que as despesas chinesas acumulam quase 50% do total de investimentos militares asiáticos somados ao continente da Oceania. Logo, apesar de estarem muito distantes dos gastos estadunidenses, os investimentos do PLA são consideravelmente altos para o âmbito regional.

### **2.3. Considerações sobre os aspectos econômicos e militares da RPC**

Fazendo alusão às informações discutidas nos tópicos anteriores deste Capítulo, é possível verificar que economicamente a RPC pode impor dificuldades ao comércio realizado com os EUA, e vice-versa, uma vez que a China é muito mais dependente economicamente dos EUA do que o contrário. Concomitantemente, seu desempenho econômico frente aos outros países também consagra a RPC como maior economia emergente do mundo. Isto se deve, entre outros aspectos, ao massivo investimento estrangeiro direto no país, provocado pelas facilidades apresentadas pelo governo chinês – incentivos fiscais muito atraentes aos investidores e contingente excessivo de mão-de-obra barata.

Além do mais, o país não se mostra um grande importador de bens de consumo industrializados, como os que são exportados pelos EUA, Europa e Japão. Este fator contribui consideravelmente para que a pauta de importações chinesa não se comprometa com produtos de alto valor agregado. Nesse sentido, geralmente, os valores gastos com as compras em outros países são essencialmente em favor dos chineses, especialmente quando se trata dos EUA.

Sendo assim, é válido ressaltar que o aspecto econômico das trocas entre EUA e China é fator que remete a altíssimos níveis deficitários para o país ocidental, o que poderia ser um fator de descontentamento norte-americano em relação aos chineses.

Por outro lado, em relação às capacidades militares dos dois países em questão, outra lógica é percebida. No modelo de guerra atual, adversários inferiores foram obrigados a desenvolver maneiras assimétricas de desafiar o rival superior – no caso, os EUA.

Os norte-americanos alteraram a forma tradicional de guerra, o que forçou os inimigos a se adaptar com o objetivo de impedir que os EUA impusessem sua própria lógica no conflito. A superioridade militar não foi suficiente contra as táticas terroristas.

O PLA também abraçou os preceitos dessa estratégia contra a superioridade dos EUA. Enquanto os chineses garantem a posse de Taiwan, eles também devem se preocupar com o comprometimento norte-americano com a defesa da ilha.

Os chineses enfrentam o dilema de ter que defender Taiwan e ao mesmo tempo assumir que não têm força militar tradicional suficiente para defender seus interesses. Assim, a China decidiu investir em táticas militares não tradicionais, mais conhecidas como estratégias de anti-acesso – *battlespace-denial* ou *anti-access strategy* (SAYERS, 2007).

A estratégia de anti-acesso chinesa é comprometida com as esferas militar e política (*“breaking the enemy’s resistance without fighting”*). Os chineses buscam impedir que porta-aviões e navios norte-americanos cheguem até Taiwan e, desta forma, a vigilância marítima e aérea, associada a mísseis manobráveis de alto alcance e um sistema de ataque, os chineses poderiam colocar em jogo o patrulhamento marítimo norte-americano na região Ásia-Pacífico.

Entretanto, de acordo com os militares chineses, a dominância militar dos EUA se deve ao resultado de uma rede de integração entre Controle, Comando e sistema de Comunicação (C4IRS). E assim como o C4IRS é sua vantagem, ele também é a sua grande falha.

O PLA concluiu que atacando os sistemas de comunicação e informação dos EUA, as capacidades militares do país seriam muito mais deterioradas do que através de um ataque convencional. Por isso o teste realizado para a destruição de um satélite em órbita foi tão impactante, representando um grande feito por parte dos chineses no que concerne ao desenvolvimento de suas capacidades anti-acesso.

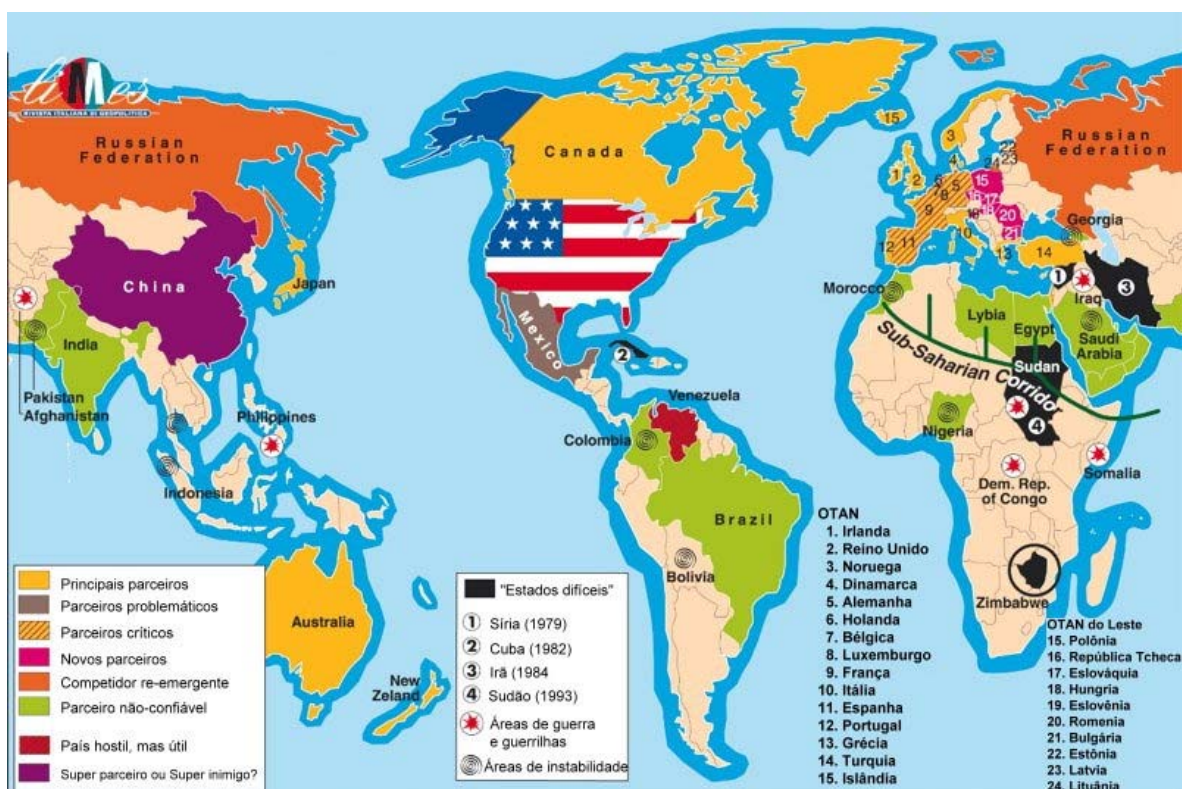
Contudo, a dominância militar norte-americana não é superada. Como apresentado anteriormente, a capacidade militar dos EUA é muito superior à dos chineses. Nesse sentido, a China pensa suas ações militares através de táticas defensivas e, por conseguinte, a pensada ameaça chinesa, ou seja, a visão da China como um país que ameaça a paz apresenta inconsistências.

### 3. CONTENÇÃO E DETERMINISMO

A concepção do crescimento chinês como ameaça a outras nações e, especialmente, à hegemonia estadunidense é fator recorrente nos estudos realistas sobre o assunto. Majoritariamente, a China é entendida como o país que mais apresenta ameaças à ordem dominada pelos EUA desde o fim da Guerra Fria. O hegemon sempre está conectado às suas possíveis relações com os outros países, observando qual postura aquele país oferece ao mundo e ao próprio EUA.

Segundo estudo realizado pela *Lime-Heartland – Eurasian Review of Geopolitics*, em seu primeiro periódico do ano de 2009, é possível ilustrar os laços e antagonismos das relações internacionais dos EUA. O mapa que segue abaixo permite observar, extra-oficialmente, a percepção estadunidense do sistema internacional.

Figura 02: O mundo visto da Casa Branca (2009), segundo Lime-Heartland – Eurasian Review of Geopolitics.



Fonte: "Obama's Challenges". *Limes-Heartland – Eurasian Review of Geopolitics*, Vol. 14, 01/2009.

Disponível em: <http://temi.repubblica.it/limes-heartland/the-world-seen-from-the-white-house/823>

Acesso: 26/ago/2009.



Muitos destacam a nova dinâmica como um possível processo de transição de poder no continente asiático. O interesse geopolítico norte-americano, por mais de um século, foi o de prevenir o surgimento de um agente hegemônico na Ásia. A ascensão chinesa transforma radicalmente este cenário. Seria a concepção da *Pax Sinica*: a dominação da Civilização Chinesa no Leste Asiático devido ao seu poder político, econômico, militar e cultural.

A contenção da RPC foca na idéia do desenvolvimento econômico imputar no desenvolvimento militar. As riquezas obtidas com o altíssimo volume de comércio seriam revertidas em armamentos, uma vez que a China busca se tornar, também, uma potência militar na tentativa de impor seus interesses a outros atores. A militarização proporcionaria a expansão da RPC, se tornando, por conseguinte, um hegemon regional. Este quadro impõe dificuldades significativas para os EUA.

*Every aspect of the existence of the People's Republic of China as a political entity is seen as a possible danger. Because of the defense modernization, the increase of the defense budget and the recent Taiwan Strait crisis, for some, China is a military threat. Because China has adopted a political system different from the liberal democracy existing in the West, some have concluded that China is a political threat. These definitions fit well with the different considerations stemming from the abundant literature on the China Threat Theory. (ATEBA, 2002, pp. 1)*

Seguindo essa perspectiva, este tópico tem por objetivo apresentar as idéias e os autores que defendem tal premissa. John J. Mearsheimer é o acadêmico realista de maior destaque para esta análise, sendo acompanhado de outros autores como Bill Gertz, Michael Pillsbury, Robert Ross, entre outros. A contenção é baseada na hipótese de que a ascensão chinesa irá conduzir os eventos para um inevitável conflito por hegemonia, ao menos no sudeste asiático.

*Many scholars and analysts argue that in the twenty-first century international instability is more likely in East Asia than in Western Europe. Whether one looks at variables favored by realists or liberals, East Asia appears more dangerous. The region is characterized by major shifts in the balance of power, skewed distributions of economic and political power within and between countries, political and cultural heterogeneity, growing but still relatively low levels of intraregional economic interdependence, anemic security institutionalization, and widespread territorial disputes that combine natural resource issues with postcolonial nationalism. (CHRISTENSEN, 1999 in BROWN, 2000, pp. 135).*

Nesse sentido, é possível afirmar que autores dessa vertente consideram o Leste Asiático uma região instável e com características que viabilizariam um conflito entre potências. Mais



A análise feita por esses acadêmicos impõe um espectro limitado de escolhas aos EUA, uma vez que a ineficiência em retardar o crescimento chinês fatalmente transformará o país asiático em um hegemon regional que irá competir diretamente com os EUA, afetando diretamente seus interesses.

Acompanhando a lógica de contenção de Gertz podemos destacar que os EUA não devem ceder de maneira alguma a outras opções em relação à ascensão chinesa. Os Estados Unidos devem se orientar de modo a promover a manutenção da política de poder em relação ao país asiático. A economia chinesa continua se desenvolvendo a largos passos e, no entanto, isso não implica na ascensão pacífica do país.

*Those who insist, ignorantly or deliberately, that China is not a threat put great faith in the supposedly democratizing effect of increased trade with the West. Unhappily, there is little evidence that the Beijing dictatorship has been undermined by such trade. [...] The China threat is real and growing. The solution is not trade but democracy. But as China's leaders have made clear, their current program of modernization leaves out democratic reform. (Idem, pp. 22)*

O autor acredita que a China só deixará de ameaçar o *status quo* estadunidense quando seu governo se tornar democrático. Nesse sentido, pode-se concluir que Gertz faz alusão à Teoria da Paz Democrática. Esse modelo apóia-se na premissa que democracias não entram em conflito entre si, o retrospecto histórico mundial corrobora a TPD.

O determinismo de Gertz é observado de acordo com a idéia de que se a China não mudar seu regime, ou seja, se ela não se tornar democrática, a RPC não ascenderá pacificamente. Para o autor, a possibilidade da China se tornar democrática é absolutamente remota, logo, não é possível acreditar no crescimento chinês como uma potência *status quo*. Daí sua visão determinista sobre a ascensão não-pacífica da China.

Consonante com as idéias anteriores, temos John J. Mearsheimer expondo o perigo do surgimento de um hegemon regional no leste asiático. O autor destaca que o crescimento econômico chinês pode levar a RPC a se tornar uma grande potência mundial, inclusive superando os EUA. A continuidade desse desenvolvimento econômico em surpreendente escala transformaria o país em uma potência militar. Por conseguinte, a China dominaria a Ásia e impondo limites a atuação dos EUA no continente.

*China's prospects of becoming a potential hegemon depend largely on whether its economy continues modernizing at a rapid pace. If that happens, and China becomes not only a leading producer of cutting-edge technologies, but the world wealthiest great power, it would almost certainly use its wealth to build a might military machine. Moreover, for sound strategic reasons, it would surely pursue regional hegemony, just as the United States did in the Western Hemisphere during the nineteenth century. So we would expect China to attempt to dominate Japan and Korea, as well as other regional actors, by building military forces that are so powerful that those other states would not challenge it. We would also expect China to develop its own version of Monroe Doctrine, directed at the United States. Just as the United States made it clear to distant great powers that they were not allowed to meddle in the Western Hemisphere, China will make it clear that American interference in Asia is unacceptable. (MEARSHEIMER, 2001, pp. 401)*

Mearsheimer (Idem, pp. 402) sugere que os EUA apresentam interesse significativo no arrefecimento da economia chinesa. Contudo, especialmente desde o governo Clinton (1993-2001), as interações entre os dois países têm seguido direção oposta – este item pode ser observado na Tabela 08.

*In the mid-nineties, as the discussion about the appropriate reaction to the expected rise of China began, containment was above all favored by conservative Republicans in Congress. But the dominant view in the Clinton administration saw no alternative to the strategy of engagement. It was thought that a policy of containment might be necessary at some point, but until then there was still enough time to change course. The Clinton administration did not look favorably on the policy of containment. According to administration estimates, the US lacked alliance partners for a new policy containment, and such a reorientation of American policy would necessarily strain relations with friendly states in the region. It appeared that the biggest concern within the Clinton administration was that a cold war with China would have had enormous negative consequences, including higher defense expenditures, economic losses, paralyzation of the UN Security Council, and irresponsible Chinese behavior. (RUDOLF, 2006, pp. 11)*

A interpretação realista para a política adotada pelos EUA é de que o caminho que está sendo tomado é errado. Ao contrário do que foi feito nas últimas décadas, o governo norte-americano deveria antecipar a implementação de políticas para mitigar o crescimento chinês antes que seja tarde. Para aqueles de visão realista, infalivelmente a China irá expandir sua influência de tal maneira que, ao alcançar o status hegemônico regional, o país irá buscar a maximização de seus interesses, tornando-se um obstáculo para os EUA.

O autor considera que a continuidade dessa política de integração perpetrada pelos EUA em relação à China não irá proporcionar a ascensão pacífica do país. Muito pelo contrário. John J. ressalta os aspectos basilares da política internacional que apontam o desejo de qualquer país em se tornar um hegemom. O objetivo máximo do Estado é acumular poder relativo, somente assim seus interesses são maximizados. Ao dar condições para que a China se torne uma grande

potência, os EUA se enganam ao acreditar que o crescimento chinês não trará obstáculos significantes à exclusiva hegemonia regional norte-americana.

*The U.S. policy on China is misguided. A wealthy China would not be a status quo power but an aggressive state determined to achieve regional hegemony. This is not because a rich China would have wicked motives, but because the best way for any state to maximize its prospects for survival is to be the hegemon in its region of the world. Although it is certainly in China's interest to be the hegemon in Northeast Asia, it is clearly not in America's interest to have that happen. (MEARSHEIMER, 2001, pp. 402)*

Mearsheimer acredita que a própria estrutura do sistema internacional irá forçar os EUA a alterar sua postura em relação à RPC. Ademais, para o autor, a China ainda está longe de se tornar um hegemon regional, o que dá aos EUA mais tempo para implementar uma política de contenção.

O crescimento militar e econômico da China pode representar um desafio aos interesses nacionais norte-americanos e ao *status quo* do país no Leste Asiático. Robert Ross (2005, pp. 2) destaca que a continuidade da transformação na Ásia irá provocar tensões expressivas nas relações entre China e EUA e, desta forma, crescente instabilidade regional. O autor observa que os EUA devem se esforçar para evitar maiores interações regionais, mantendo o continente dividido. A polarização da região se mostrou eficiente ao longo da Guerra Fria e essa estratégia deveria ser adotada novamente com o objetivo de mitigar a integração chinesa aos outros atores regionais.

*The United States has one clear and overriding security interest in East Asia: the region must be divided by two or more great powers. [...] If this region remains divided between contending powers, then a regional power will not be able to achieve regional hegemony and focus its resources on the oceans bordering the United States, thereby threatening the US homeland. (ROSS, 2005, pp. 3)*

Ross observa que medidas tradicionais de política de poder devem ser tomadas com o intuito de frear possíveis ameaças que venham da República Chinesa. A presença estratégica dos EUA na região é fundamental para que o país ocidental tenha sucesso.

*To secure its interest in a divided Asia and to prevent a Chinese challenge to US maritime interests, the United States must possess sufficient naval presence both to maintain maritime dominance and to reassure its traditional security partners that it can defend their security well into the twenty-first century. [...] Following the collapse of the Soviet Union, American strategic attention shifted from balancing Soviet power in Europe to balancing Chinese power in East Asia. (Idem, pp. 4)*

Um dos fatores que também proporcionaria o surgimento de nova dinâmica de influências na Ásia remete ao papel negativo desenvolvido pelos EUA no continente no século XXI. As incursões militares norte-americanas em países asiáticos, como Afeganistão (2001) e Iraque (2003), ajudam na propaganda anti-americana em meio às populações da região.

Este fator abre espaço para que um novo ator, que apresente maior apelo às causas regionais, seja fortalecido em relações comerciais ou de segurança. Atualmente, a China é o maior parceiro comercial do Afeganistão, além de promover ajuda internacional ao país flagelado pelo conflito com os norte-americanos: *“In May 2002 and May 2003, the two sides signed the agreement on economic and technical cooperation for China to provide Afghanistan an aid given gratis of 30 million and 15 million respectively in US dollars.”*<sup>11</sup>

A China se tornou o maior parceiro comercial do mundo árabe, suplantando os EUA<sup>12</sup>. O motivo anterior é levado em conta, mas este fato também é fruto do alto nível de importações de recursos naturais por parte da RPC e do baixo custo de produtos manufaturados chineses.

Nesse sentido, a China vai tomando cada vez mais o espaço que antes era ocupado pelos EUA. Por conseguinte, os laços entre os países do continente vão sendo reforçados. Autores que defendem a contenção chinesa destacam a necessidade de nova política para que a presença dos EUA cresça na região e o seu status seja restaurado antes que seja irreversível.

A emergência da China como líder asiática implicará no comprometimento do país com os fardos sociais e políticos do continente. Se isso acontecer e a China obtiver sucesso, dificilmente os EUA terão chance de buscar a consecução de seus interesses na Ásia.

Acadêmicos acreditam que a transição de poder na Ásia não acontecerá de maneira pacífica, uma vez que forças endógenas do sistema internacional farão com que os países vizinhos se aliem às potências mundiais em busca do equilíbrio de poder (MEARSHEIMER, 2005, pp. 1). Há profunda ansiedade em relação à continuidade das políticas de integração entre China e EUA. O receio é que num dado momento a China alcance um estágio em que será impossível contrabalancear seu poder, se não através de um oneroso conflito.

---

<sup>11</sup> *China and Afghanistan*. Disponível em: <http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjb/zzjg/yzs/gjlb/2676/t15822.htm>.

<sup>12</sup> *Middle East-China trade expected to top US\$100 billion by 2010*. Disponível em: <http://www.ameinfo.com/119439.html>.

As perspectivas adotadas por esses autores agregam características de um mundo estruturalista. O sistema internacional demandará dos Estados um comportamento para estabelecer quadro de equilíbrio. Se o crescimento chinês impõe desequilíbrio às relações locais, é natural que os Estados tentem contrabalancear a situação através de alianças ou políticas que freiem a expansão chinesa.

Os mais radicais, ou sensatos como eles mesmos definem, não acreditam de maneira alguma na possibilidade de convivência entre os dois regimes – capitalista e socialista. Esses confiam no poder que o sistema internacional exerce sobre os Estados e esperam uma reação norte-americana similar àquela postura em relação à ex-União Soviética nos tempos de Guerra Fria.

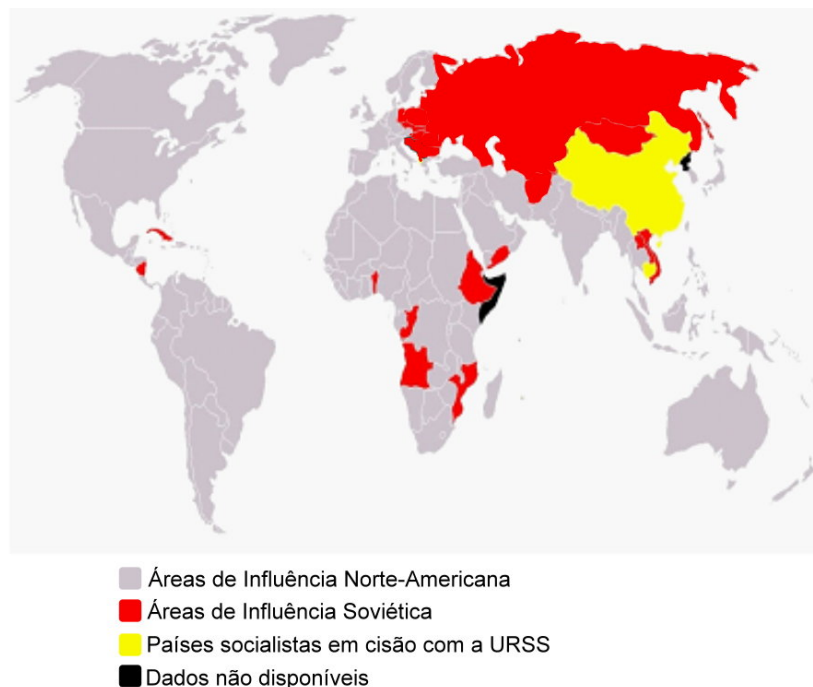
*It is clear that the United States cannot expect in the foreseeable future to enjoy political intimacy with the Soviet regime. It must continue to regard the Soviet Union as a rival, not a partner, in the political arena. It must continue to expect that Soviet policies will reflect no abstract love of peace and stability, no real faith in the possibility of a permanent happy coexistence of the Socialist and capitalist worlds, but rather a cautious, persistent pressure toward the disruption and weakening of all rival influence and rival power. (KENNAN, 1947, pp. 9)*

Historicamente, os EUA buscaram manter a Ásia atomizada, a partir de acordos bilaterais, isto é, ao formar diversos acordos bilaterais os EUA impediram que os países da região se tornassem aliados entre si, como acontece em um acordo multilateral. Os EUA fizeram acordos bilaterais, por exemplo, com o Laos e com o Vietnã do Sul. Isso explica que apenas os EUA têm elos políticos de defesa com esses países, o Laos e o Vietnã do Sul não tem acordo algum de defesa entre eles. Caso o acordo fosse multilateral, os países asiáticos se integrariam para a formação de um bloco de defesa, como visto na Europa do pós II Guerra Mundial.

De acordo com Beeson (2009, pp. 98) essa política de acordos bilaterais favoreceu os EUA ao não permitir que a Ásia se engajassem internamente, ou seja, não houvesse movimentos para integração regional. Quanto mais atomizado, melhor para os EUA, pois isso impediria o aparecimento de um grande ator regional capaz de influenciar os demais. No caso do surgimento de um hegemom regional, os outros Estados iriam contrabalancear aquele ator ascendente por não terem nenhum tipo de elo com ele.

Durante a Guerra Fria, os EUA formaram múltiplas alianças para deter o expansionismo comunista no continente. Nos anos 1960, houve significativa aproximação entre os governos da China e dos EUA. Isso ocorreu em um momento de adversidade entre chineses e russos, a chamada Ruptura Sino-soviética. Ao desenvolver seu programa nuclear, a China provocou reações negativas na ex-URSS. O resultado foi a interrupção das relações entre os dois países até 1989. Durante o período de desavença, a área de influência soviética está representada na Figura 04.

Figura 04: Área de influência soviética (1960-1989)



Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/d/d9/CommunistSplit.png/320px-CommunistSplit.png>.

Acesso: 13/fev/2009.

Do ponto de vista do Realismo, isso pode ser nitidamente relacionado a uma tentativa de equilíbrio de poder. A Revolução de 1949, liderada por Mao Tse Tung, tinha por objetivo se livrar da dominação de potências estrangeiras. A URSS tratava a China como um país satélite, o que claramente incomodava o país de Mao. A crise nuclear e as desavenças políticas provocaram a ruptura entre os dois países.



Ao perceber que o maior parceiro soviético deu as costas ao Kremlin, os EUA aproximaram-se da China. Esse processo de permitiu que a China se consolidasse no cenário internacional, especialmente com sua cadeira no CSNU. Além do mais, Taiwan foi reconhecida como parte do país. Uma manobra de contenção à URSS reverteu-se em integração da China ao mundo. Naquele momento, o importante para a política estadunidense era conter a URSS. Desde então, ou seja, a partir da década de 1970, a China vem se inserindo cada vez mais na lógica liberal. Os primeiros passos para o crescimento chinês foram dados em 1979, com a abertura econômica do país. Hoje, trinta anos depois, de acordo com realistas, o país oferece riscos aos EUA.

As opções estadunidenses para a contenção da RPC podem ser tanto de viés político, quanto de cunho econômico. Os EUA podem optar por intensificar as alianças com países da região, por exemplo. Assim, a presença estadunidense cresceria no Leste Asiático e a influência chinesa seria contrabalanceada. Podemos observar o comportamento dos Estados na ordem hegemônica vigente.

Um dos aspectos prejudiciais para a China em relação ao comportamento hostil norte-coreano, apresentado nos últimos meses<sup>13</sup>, refere-se justamente à intensificação da presença militar estadunidense nas terras e mares asiáticos. Para os chineses, a presença dos norte-americanos não é estrategicamente bem-vinda. O aumento de tropas estadunidenses nas regiões próximas ao Leste Asiático provoca reações chinesas não amistosas.

Autores dessa perspectiva observaram os números militares, ou seja, o crescente investimento chinês em Defesa como um claro sinal de suas intenções ameaçadoras. Acredita-se que continuamente a China irá investir em armamentos e novas tecnologias de guerra até que seu poderio bélico, integridade territorial e interesses não sejam ameaçados por nenhum outro Estado.

O maior objetivo do Estado é a sobrevivência num mundo anárquico e a forma mais cômoda de se manter é sendo um hegemon (MEARSHEIMER, 2001, pp. 54). Logo, a China não irá se satisfazer até que sua lógica seja imposta aos demais atores da região: assim se comporta um hegemon.

---

<sup>13</sup> Fonte: “*Coréia do Norte lança míssil curto após teste nuclear*”. Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional/coreia-do-norte-lanca-missil-curto-apos-teste-nuclear,376408,0.htm>. Acesso: 25/05/2009.

Não obstante as observações feitas por diversos autores que defendem a contenção da China por parte dos EUA, majoritariamente estes acadêmicos concordam em alguns pontos. A atual significância internacional da China é baseada em seu rápido crescimento econômico e em sua ascendente integração na economia mundial. O poder militar chinês cresce a cada ano, mas apresenta limitações acentuadas em relação aos EUA. Contudo, os investimentos militares da RPC crescem mais do que o de qualquer outro país no continente. É este fator que preocupa as sociedades vizinhas, especialmente Japão, Índia e Taiwan, além dos EUA.

A China, através de sua força econômica, militar e cultural vem multiplicando sua influência regional, mais especificamente em áreas onde as potências não dão muita atenção. Mundialmente, a ideologia chinesa e outros aspectos de soft power não apresentam apelo significativo. Nesse sentido, o país tenta reforçar e construir relações positivas dentro do próprio continente asiático. É seguindo essa direção que os EUA vêm perdendo espaço.

O fator determinista deste Capítulo remete à possibilidade de ascensão chinesa e superação norte-americana devido a continuidade das políticas de integração dos EUA. A China irá crescer cada vez mais e será inevitável que ela se torne um hegemon.

A conformação de um quadro de disputa hegemônica no Leste Asiático traria componentes complexos para as relações políticas e econômicas dos Estados mais ativos na região Ásia-pacífico. Motivos estruturais do sistema internacional levará os países à competição e à tentativa de mitigar a ascensão chinesa. Os autores que apóiam políticas norte-americanas mais duras contra a China acreditam que há reais chances de conflito devido à questão de Taiwan.

Neste capítulo, a China é entendida como ameaça aos EUA devido ao seu desenvolvimento político, econômico e militar das últimas décadas. As informações apresentadas sugerem implicações para os Estados na eventualidade de transição de poder na região. Nesse sentido, os autores postulam que a contenção deve ser empregada em relação à República Chinesa.

Esse apelo para reprimir o crescimento chinês é embutido por um caráter determinista daqueles aportes que trabalham com a possibilidade de mudança em um sistema internacional anárquico. Nesse modelo, alguns sugerem que o próprio sistema internacional irá compelir os Estados a contrabalancear qualquer tentativa de mudança na ordem vigente.

Historicamente, as tentativas imperialistas acentuadas provocou nos atores do sistema a tendência de combater tal transformação. O retorno ao equilíbrio de poder e a manutenção do *status quo* são características primordiais de aportes estruturalistas.

É pertinente recordar que autores contencionistas postulam que integrar a China ao mundo é um erro, pois os EUA estarão abrindo portas para o surgimento de um novo hegemon regional. De acordo com o Realismo, isso não é positivo para os EUA, pois reduz sua esfera de influência na região Ásia-Pacífico.

Por fim, autores defendem que os EUA devem reforçar sua presença estratégica no Sudeste Asiático, manter relações mais estreitas com parceiros regionais e voltar a atenção para as possíveis implicações da ascensão chinesa. Mais especificamente, os EUA devem se manter como único hegemon regional.

#### 4. INTEGRAÇÃO E VOLUNTARISMO

A inserção econômica da China no mundo contemporâneo trouxe transformações expressivas para as relações comerciais entre os países. O volume de produtos exportados da China para o mundo é altamente significativo. O aumento das transações provocou, concomitantemente, o crescimento da economia chinesa e o surgimento de uma nova força política no oriente.

A abertura de mercado foi iniciativa do governo de Deng Xiaoping. A implementação do socialismo de mercado, através de reformas lentas e eficientes, promoveu expressiva transformação interna na RPC. O resultado daquele processo de inserção eventual de nova lógica de regime no país é visto hoje. A China, com a possibilidade de ação em um sistema, dito, constrangedor transformou as relações internacionais contemporâneas.

*To pluralists change tend to be evolutionary and incremental. If change is to be willed, then reformist, not revolutionary, measures are the appropriate ones. Pluralists [...] focus on the formation of coalitions and countercoalitions, whether within a state or across national borders. (KATZENSTEIN, KEOHANE & KRASNER, 1999, pp. 28)*

Ao contrário do que era postulado ao longo da Guerra Fria, Deng, líder de um país socialista, em 1979, visitou os EUA. Essa foi uma ação em busca de novas estratégias internacionais que resultassem no desenvolvimento nacional. As interações entre China e EUA, durante o período da Guerra Fria, contrariam os preceitos contencionistas do regime comunista.

No entanto, o objetivo do governo chinês era iniciar aproximação com os EUA para que o socialismo de mercado fosse implementado com sucesso. As Zonas Econômicas Especiais foram criadas para que empresas internacionais se instalassem na China, era também o início da internacionalização econômica chinesa.

Nesse sentido, cabe ressaltar que o ambiente internacional, de acordo com a concepção Realista, predominante nos tempos da Guerra Fria, não se apresentava condições favoráveis ao desenvolvimento de relações entre China e Estados Unidos pelo fato dos países possuírem regimes econômicos antagônicos. Contudo, isso seria uma prova de que, de acordo com Wendt (*in* Nogueira & Messari, 2005, pp. 176), o ambiente conflituoso (anárquico) é o que os Estados

(agentes) querem fazer dele. A anarquia pode se reverter tanto em conflito quanto em cooperação, dependendo do que os Estados querem fazer dela.

Por conseguinte é possível conceber que os Estados têm o poder de redefinir os seus interesses, ou seja, a concepção de interesse nacional não é estática. Nas relações internacionais, o voluntarismo estatal é percebido através dos tratados realizados entre os agentes.

*The process by which egoists learn to cooperate is at the same time a process of reconstructing their interests in terms of shared commitments to social norms. (KAUPPI & VIOTTI, 1998, pp. 405)*

Desde a década de 1980, a RPC vem se engajando em um movimento de multiplicação dos laços regionais, intensificando os vínculos entre os países asiáticos e, eventualmente, galgando patamares de maior influência. Durante o governo de Deng Xiaoping os principais objetivos do Estado eram a segurança nacional, o avanço tecnológico e o desenvolvimento econômico, estes últimos, atualmente, ganharam muita importância (DENG, 1998, pp. 315).

A compreensão do crescimento chinês, como discutido anteriormente, varia entre dois pontos: o adversário e o companheiro. Neste Capítulo será discutida a percepção da China como um braço forte do mundo globalizado. Um país que está absolutamente interessado em seu desenvolvimento econômico sem desafiar militarmente outras potências. O objeto em questão é a ascensão pacífica da República Popular da China.

*Today in East Asia, China is rising peacefully so far. [...] Nationalism is an important force, and there are serious grievances regarding external issues, notably Taiwan. But conflict is not inevitable or even likely. China's leadership is not inclined to challenge the United States militarily, and its focus remains on economic development and winning acceptance as a great power. China is preoccupied, and almost fascinated, with the trajectory of its own ascent. (BRZEZINSKI in BRZEZINSKI & MEARSHEIMER, 2005, pp. 1)*

Para os chineses, a interdependência é mais do que uma característica do sistema internacional vigente, é uma grande oportunidade para o seu desenvolvimento que se objetiva na consolidação de uma atípica potência asiática. Fundamentalmente, a estrutura internacional de trocas é observada como uma ferramenta a um país que, em âmbito nacional, difere sensivelmente dos outros Estados.

*Providing information to actors (not enforcing rules in a centralized manner), institutions could enable states to achieve their own objectives more efficiently. Institutions would alter state strategies by changing the costs of alternatives;*

*institutionalization could thus promote cooperation.* (KEOHANE in KATZENSTEIN, KEOHANE & KRASNER, 1999, pp. 22)

Hoje, oito anos após a entrada do país na OMC, a China é um grande competidor no comércio internacional. Seus produtos customizados são vendidos a preços imbatíveis e em escala global. A capacidade de produzir bens a baixo custo e com nível tecnológico satisfatório, associado aos altíssimos níveis de investimento estrangeiro, foi responsável pelo sucesso econômico da China. A prosperidade chinesa é mais um argumento contra a idéia de que apenas democracias liberais encontram êxito na lógica liberal de mercado. Isso acontece devido à capacidade das instituições promoverem um ambiente propício às trocas.

*Institutions matter because they can provide information, monitor compliance, increase iterations, facilitate issue linkages, define cheating, and offer salient solutions. [...] Within the constraints imposed by the absence of hierarchical global governance, states could reap gains from cooperation by designing appropriate institutions.* (Idem, pp. 27)

O projeto de desenvolvimento econômico chinês é único. A economia chinesa não é caracterizada nem pelo modelo liberal (EUA), nem pela economia social de mercado (Europa). É uma economia com livre mercado de trabalho, livre mercado de commodities e, em breve, livre fluxo de capitais. Se por um lado há grande competitividade mercadológica, por outro há forte intervenção do Estado no uso da terra e dos recursos naturais, e também algumas, porém fortes, estatais impulsionando a competitividade interna e externamente (PAN, 2007).

Assim, a China foi ganhando espaço no cenário internacional. A ascensão chinesa deve-se basicamente ao seu bom resultado econômico. Autores que defendem o crescimento pacífico do país observam o papel das escolhas políticas dos dirigentes chineses. O direcionamento político chinês é importante para que suas relações exteriores se apresentem positivamente para seus vizinhos e parceiros mundiais. A China deve se preocupar com a impressão que os parceiros têm de seu governo e sociedade.

Inicialmente, deve-se ressaltar que autores que defendem a integração chinesa ao mundo desconsideram comparar a China à ex-URSS. Nesse sentido, é defendido que a política de contenção não se aplica ao país, diferente do inferido no Capítulo 3.

*For fifty years, our policy was to fence in the Soviet Union while its own internal contradictions undermined it. For thirty years, our policy has been to draw out the People's Republic of China. As a result, the China of today is simply not the Soviet Union of the late 1940s: it does not seek to spread radical, anti-American ideologies;*

*While not yet democratic, it does not see itself in a twilight conflict against democracy around the globe; While at times mercantilist, it does not see itself in a death struggle with capitalism; And most importantly, China does not believe that its future depends on overturning the fundamental order of the international system. In fact, quite the reverse: Chinese leaders have decided that their success depends on being networked with the modern world. If the Cold War analogy does not apply, neither does the distant balance-of-power politics of 19th Century Europe. The global economy of the 21st Century is a tightly woven fabric. We are too interconnected to try to hold China at arm's length, hoping to promote other powers in Asia at its expense. (ZOELLICK, 2005, pp. 8)*

Consonante com a idéia anterior, Michael Yahuda (1999) sustenta que a RPC caminhou a largos passos para se unir ao mundo moderno desde o início de suas reformas e abertura. Ademais, o governo chinês se esforçou muito para não trazer obstáculos e desestruturar as pacíficas relações regionais. A manutenção desse quadro é desejada pelos chineses, o contrário traria perdas significativas.

Em relação aos países vizinhos, a ascensão chinesa é vista mais como uma oportunidade do que como ameaça. De acordo com Lincoln (2006, pp. 1), a perspectiva positiva decorre de dois fatores: a taxa de exportação para a China cresceu substancialmente, especialmente com a assinatura do tratado de livre comércio entre a China e a ASEAN; Enquanto o comércio da China com o mundo apresenta altíssimos superávits, na região o contrário ocorre, ou seja, a China é quem tem déficits. A força do mercado ajuda os Estados a superarem os constrangimentos impostos pelo sistema, nesse sentido é possível sugerir que o comércio, em condições sem a presença de conflitos diretos, se tornou uma engrenagem de surpreendente influência nas relações entre os Estados.

*The impersonal forces of world markets are now more powerful than the states to whom ultimate political authority over society and economy is supposed to belong. Where states were once the masters of markets, now it is the markets which, on many crucial issues, are the masters over the governments of states. (GARRET in KATZENSTEIN, KEOHANE & KRASNER, 1999, pp. 147)*

A inferência anterior, juntamente com as tabelas comerciais apresentadas no Capítulo 2, permite observar que a China é a força motriz da integração econômica da região. Nesse sentido, os países observam o crescimento chinês como uma oportunidade. No entanto, países como Japão e Coreia do Sul estão atentos para transformações na esfera política e nas relações de poder que envolvam a RPC.

Para os países asiáticos, particularmente, a China é um país grande, que cresce a largos passos, o que beneficia a região. Enquanto alguns países podem apresentar certa preocupação

referente às relações de poder regionais, outros voluntariamente expandem o engajamento econômico. De acordo com Lampton (2004, pp. 2), um mundo interdependente requer que os Estados sejam parceiros. Ademais, o autor observa que não há assunto global que pode ser levado à frente sem a cooperação sino-estadunidense, especialmente a causa ambiental.

*Continued economic modernization and emerging political reform would provide growing opportunities for U.S. investors and traders, while holding promise of political change compatible with U.S. values. The expansion of foreign economic contacts could also lead to greater consensus and cooperation on strategic and foreign policy issues such as weapons non-proliferation, technology transfer, and regional security. (SUTTER, 1998, pp. 5)*

O sudeste asiático não deseja o surgimento de uma nova versão da Guerra Fria entre Pequim e Washington e, por conseguinte, os norte-americanos foram incentivados a implementar a política de integração (MOHAN, 2008, pp. 5). A eventualidade de um conflito na Ásia iria provocar a derrocada econômica do continente, ou ao menos iria desestabilizar sensivelmente a maioria das economias daquele continente.

Por outro lado, uma disputa política na região, ou seja, um confronto indireto entre EUA e China também iria arriscar a estabilidade regional, fator importantíssimo para a modernização econômica asiática. Ademais, a ocorrência forçaria os Estados a escolher entre China e EUA, o que contraria a maioria dos líderes regionais – estes querem evitar a instabilidade tanto quanto escolher entre Pequim e Washington.

*In broad terms, the Chinese leadership has worked pragmatically to sustain regional stability and has sought greater economic advantage and political influence without compromising core Chinese territorial, security, or other interests. [...] Although wary of the U.S. superpower and other important regional states, Chinese leaders seem increasingly confident of China's power and influence. Aware that most Asian governments do not want to choose between China and United States, the Chinese government generally avoids explicit competition with the United States or its allies, notably Japan. Yet, Chinese leaders seem gratified that China's relations with all neighboring powers, with possible exceptions of Taiwan and Japan, have improved in recent years in ways that bolster China's influence at a time when U.S. leaders are largely preoccupied and distracted by other pressing issues. (SUTTER, 2003, pp. 84)*

Interromper as relações econômicas entre a China e Taiwan, por exemplo, não comprometeria somente o comércio mútuo de celulares, computadores e outros produtos industrializados. Afetaria também a indústria global de tecnologia de informação e os processos de produção de outros países, como os EUA, que dependem diretamente da China e de Taiwan para a aquisição de componentes vitais.



As progressivas e extensas relações econômicas da RPC com os países vizinhos estão alterando o custo-benefício de possíveis ações militares que possam causar instabilidade no Leste Asiático. Os custos econômicos da volubilidade regional estão crescendo. Os países asiáticos interessados, bem como os EUA, procuram a manutenção de um quadro interdependente estável.

*U.S. policies toward China [...] are based on the globalization-peace hypothesis that posits a progression in the political and economic development of nations that starts from a low level agrarian economy that becomes globalized enters a phase of sustained economic development which then leads to the rise of a middle class (mostly urban) and to greater internal demands for democracy and representative government. The hypothesis posits that democracy governments do not fight each other. Therefore, in this view, efforts to establish democracy ultimately leads to more peaceful relations with other nations. This is one rationale for current U.S. policies of liberalizing trade, facilitating China's membership in the WTO and other international institutions, encouraging communications at all levels, and engaging Beijing on a multitude of fronts. (CHANLETT-AVERY, 2006, pp. 32)*

Para alguns, conter a economia chinesa é como tentar “colocar o gênio de volta na lâmpada”. Os processos comerciais chineses já se desprenderam da estrutura comunista do país e foi eventualmente integrada ao sistema econômico global. Ao contrário da premissa anterior da eventual progressão democrática na China, há aqueles que não acreditam que capitalismo e integração se confundem com democracia.

*Capitalism has no unique path, nor does it require a liberal democratic infrastructure to flourish. Japan's economic rise took place without a fully liberal infrastructure, and most European states, including Britain and Germany, were capitalist before they were democratic. [...] We do need a liberal multilateral order, but not one based on western hegemony. The arrival of China and India will compel the west to learn to be truly plural and multilateral rather than a liberal bully. (DESAI in DESAI & HUTTON, 2007, pp. 5)*

Portanto, o crescimento chinês pode ser entendido como um possível rompimento do binômio capitalismo-democracia, como prescrito na ordem liberal desenhada por potências e organizações econômicas internacionais ao longo do século XX.

Com o fim da Guerra Fria, foi dado cada vez menos importância para a diferença de regimes. Na Ásia não ocorreu o contrário, as políticas nacionais dos países do Leste Asiático estão transparecendo mais os interesses individuais dos Estados do que seus aportes ideológicos. A China de Deng Xiaoping deixou isso bem claro quando ele disse: “*não importa se o gato é branco ou preto, desde que ele pegue o rato*” (CHANLETT-AVERY, 2006, pp. 30).

Atualmente, a continuação próspera do desenvolvimento do comércio internacional depende da participação chinesa. Seja como comprador ou fornecedor, a China é imprescindível para o sucesso das trocas internacionais. De acordo com Ateba (2002, pp. 17), o mundo precisa de uma China estável e segura para ajudar a construir o século XXI, ter este país como adversário traria sérias dificuldades para o desenvolvimento pacífico do planeta.

Se há algum risco de conflito entre a China e outros países, para alguns autores, isto está relacionado à tentativa de excluir a RPC da dinâmica comercial internacional, ou seja, na possibilidade de algum país tentar mitigar o seu desenvolvimento econômico. Se alguns acreditam que integrar a China ao sistema internacional é uma ameaça, outros propõem justamente o contrário.

*The more China will feel excluded from the shaping of the international order, greater is the risk of the collapse of such an order if China decides to act as a 'spoiler'. [...] Disintegrating China poses the greatest risk to regional and global security. (ATEBA, 2002, pp. 13)*

Nesse sentido, a proposta de contenção do crescimento chinês pelo fato de se acreditar que eventualmente a China se tornará um hegemon regional é o que causaria conflito entre potências. Os defensores da integração chinesa observam que a China irá ascender pacificamente, dentro das instituições globais e sem postura imperialista. A China irá se tornar uma potência *status quo* – associando seu sucesso econômico, à influência política e desenvolvimento militar – nos moldes de países desenvolvidos.

Alguns autores observam que a concepção da Teoria da Ameaça Chinesa é meramente fruto de uma análise teoria que não corresponde com a realidade. Em eventos de altíssima tensão entre os EUA e a China, como por exemplo, o chamado “Incidente de Hainan”<sup>14</sup> ou o bombardeio acidental de uma embaixada chinesa por forças da OTAN, em 1999, em Belgrado, os dois países encontraram saídas diplomáticas após um curto período de tensão significativa entre os seus governos.

---

<sup>14</sup> O Incidente de Hainan ocorreu em 1º de Abril de 2001 quando um avião de reconhecimento norte-americano chocou-se no ar contra um caça do PLA, causando a morte do piloto chinês. A RPC contestou a versão norte-americana de que a aeronave estava sobrevoando em espaço aéreo internacional. Os chineses acreditam que aquele era um avião de espionagem. Ações diplomáticas promoveram a resolução do incidente.

Assume-se que China e EUA presenciaram episódios com algum risco de embate militar e, no entanto, isso não ocorreu. Casos semelhantes, porém de maior tensão, em que houve ameaça de conflito entre EUA e URSS, como a Crise dos Mísseis, em 1962, em meio à Guerra Fria não resultaram em conflito. Se anteriormente os conflitos eram impedidos pela ameaça nuclear de destruição total, hoje a economia tem papel fundamental para a desconstrução de quadros conflituosos. Logo, a ameaça chinesa não passaria de uma tentativa forçada de impor aspectos teóricos deterministas à realidade.

*I am impressed by the power of theory. But theory – at least in international relations – is essentially retrospective. When something happens that does not fit the theory, it gets revised. And I suspect that it will happen in the U.S.-China relationship. We live in a very different world than the one in which hegemonic powers could go to war without erasing each other as societies. The nuclear age has altered power politics in a way that was already evident in the U.S.-Soviet competition. The avoidance of direct conflict in that standoff owed much to weaponry that makes the total elimination of societies part of the escalating dynamic of war. It tells you something that the Chinese are not trying to acquire the military capabilities to take on the United States. (BRZEZINSKI in BRZEZINSKI & MEARSHEIMER, 2005, pp. 4)*

Nesse sentido, tendo os fatos históricos como uma fonte de embasamento teórico, conceber a China como uma ameaça contradiz os acontecimentos percebidos ao longo das últimas décadas – período em que a China iniciou seu processo de integração. Até o momento, a China não promoveu conflitos regional ou mundialmente. A entrada da China transformou o cenário comercial internacional através da sua participação em instituições, ou seja, seguindo normas e procedimentos aceitos internacionalmente.

Por conseguinte é possível observar que o cenário internacional tem espaço para transformações, estas que são frutos de redefinições das políticas estatais. A China, como demonstrado, busca atingir seus objetivos (desenvolvimento e ascensão econômica) através da cooperação. Vide a intensificação dos laços regionais e os ganhos apresentados pelos atores vizinhos.

Ao contrário do que é inferido pelos autores contencionistas, os autores aqui citados consideram que a China promoveu reformas internas significativas que, eventualmente, a trouxe para onde ela está hoje. Em adição, muitos integracionistas argumentam que a China não tem intenções ou condições de se tornar um hegemom (PEI, 2006).

A conformação de um embate direto, por motivos hegemônicos, entre China e EUA trariam custos muito significativos, ou seja, a despesa para os EUA e, em especial, para a China não leva nenhum dos dois países a optar por essa lógica. A China tem buscado seu desenvolvimento há muitas décadas com sucesso, uma empreitada hegemônica poderia minar todo o trabalho desenvolvido por seus líderes.

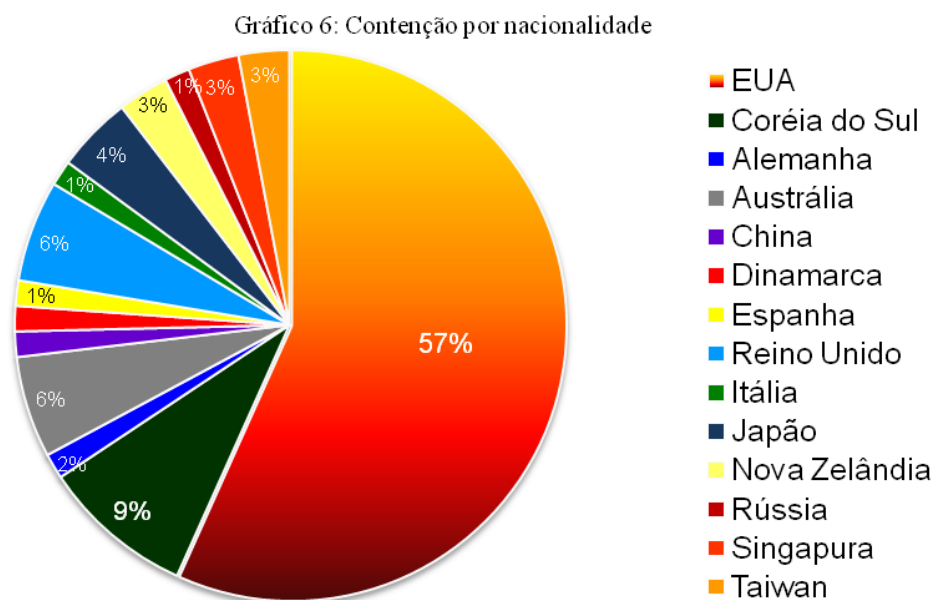
Para os integracionistas, a opção que mais traz benefícios é o caminho não conflituoso. Desta forma, excluir a China do processo de integração, como inferido anteriormente, seria um erro.

## 5. ANÁLISE DOS DADOS

Ao longo da pesquisa foram apresentados os posicionamentos de variados autores. Este item se objetiva na apresentação estatística da fonte dos dados, isto é, a exposição da nacionalidade e nacionalidade acadêmica dos autores<sup>15</sup> pesquisados. O intuito é permitir a visualização da produção acadêmica estudada sobre a ascensão chinesa, seus aportes e origens. Ademais, as nacionalidades serão pautadas a partir de categorias apresentadas anteriormente – contenção e integração. A amostra é de 129 autores.

### 5.1. Distribuição de visões contencionista e integracionista por nacionalidade dos autores

Este tópico irá delinear a produção acadêmica por Estados, determinando a concentração da produção científica sobre o crescimento chinês. Inicialmente, segue abaixo os que propõem a contenção (Gráfico 6).



<sup>15</sup> A lista completa dos autores pesquisados pode ser vista no Apêndice A desta monografia.

Os cinco primeiros países do Gráfico 6 a terem textos publicados por nacionais são, na ordem decrescente: EUA (58%), Coreia do Sul (9%), Austrália (6%), Reino Unido (6%) e Japão (5%). A predominância norte-americana é claramente observada. Tendo a ascensão chinesa e as implicações políticas e econômicas para os EUA como objeto de pesquisa, é possível inferir que, majoritariamente, os norte-americanos consideram a RPC uma ameaça. Nesse sentido, dentre todos os autores das diversas nacionalidades, os norte-americanos são aqueles que dominam as publicações que tem por tema a contenção do crescimento chinês.

Em relação aos outros países que compõem o topo da lista referente à contenção, é necessário destacar que três (Austrália, Coreia do Sul e Japão) são nações com altíssima influência econômica e geopolítica na região Ásia-Pacífico. Desta forma, pode-se concluir que esses Estados, além de serem alinhados politicamente com os EUA, observam com grande preocupação e desconfiança o surgimento de uma grande potência econômica, política e militar no sudeste asiático. Por conseguinte, é inferido que autores dessas nacionalidades se engajam em produções científicas que ponderam sobre a contenção da RPC. Como observado pelo autor neozelandês de nacionalidade acadêmica australiana:

*China wants to be the major influence in the Pacific, there's no doubt about that; it's aiming to be that in a fairly short time. It has [been] carefully planned, [there's been] very strategically placed aid. China is heading straight for the jugular. (CROCOMBE in Australian Senate – Foreign Affairs, Defence, and Trade References Committee, 2006, pp. 184)*

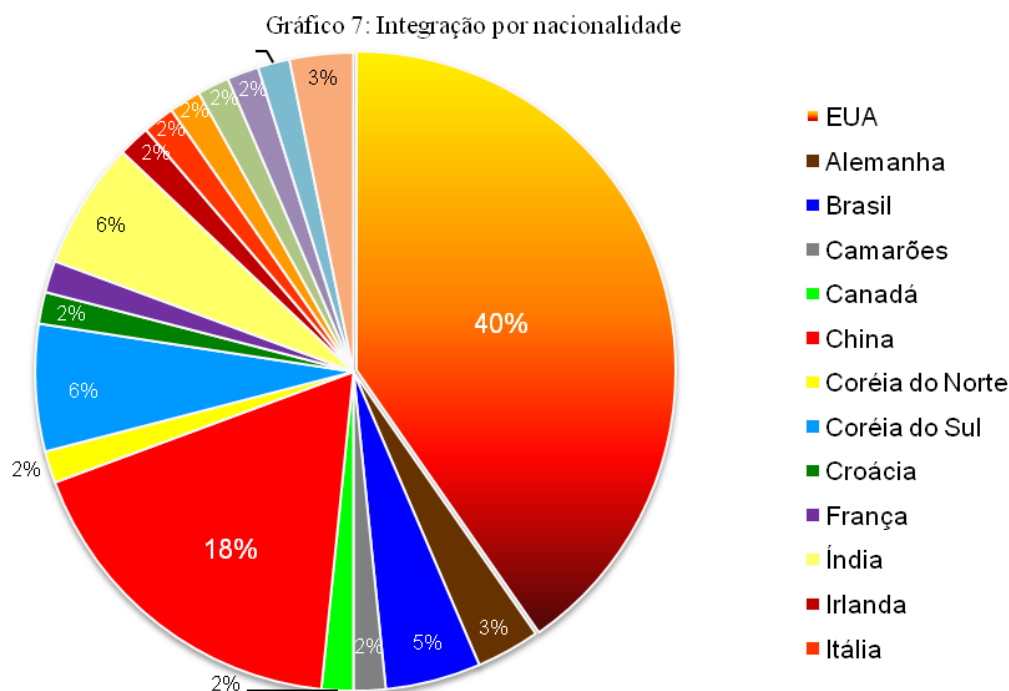
Além da desconfiança em relação aos planos do governo de Pequim, a Coreia do Sul possui preocupações em relação aos possíveis incentivos (ideológicos, econômicos e militares) que a China pode dar à Coreia do Norte. A possibilidade do governo de Kim Jong-il ser beneficiada com uma possível ascensão hegemônica regional da China traz preocupações aos sul-coreanos. Este, de acordo com Wang (*in* GLASER & WANG, 2008, pp. 170), seria um dos principais motivos para que a Coreia do Sul opte, se necessário, por uma aliança de contenção à China.

Após os EUA, então, temos autores de nacionalidades da região Ásia-Pacífico discorrendo sobre a contenção da RPC. Esses autores acreditam que a China não irá galgar posições de destaque na política e economia mundial com o objetivo de se tornar uma potência

*status quo*. Desta forma, os autores buscam fomentar a discussão sobre as implicações negativas do crescimento chinês e, conseqüentemente, apoiando-se nas premissas da contenção.

Por fim, é válido ressaltar que esses cinco países que figuram quantitativamente o topo do Gráfico 6 representam 84% dos autores que defendem a contenção. Os outros 16% são compostos por nove países, dentre eles Taiwan que não configura um Estado, no entanto, aqui é essa região é destacada da RPC.

Em contrapartida, abaixo (ver Gráfico 7), é possível observar o delineamento daqueles que discorrem acerca da integração da RPC ao mundo.



Com as últimas informações apresentadas, é possível perceber que os EUA ainda ocupam quantitativamente o primeiro lugar na análise, com 40% das produções acadêmicas analisadas. Estudos desenvolvidos por autores norte-americanos sobre o objeto em questão inferem que a China, até o momento, não mostrou aspirações a se tornar um Estado hegemônico. Por definição, não há que se preocupar com uma possível ameaça já que o passado recente da China aponta, mais especificamente, para o avanço econômico sem precedentes.

Em adição, autores estadunidenses ressaltam o prodigioso volume do comércio entre China e EUA. Novamente, fazendo alusão aos custos de um conflito entre os dois países, ou seja, ao profundo impacto econômico que as duas nações sofreriam. Somando-se a isso, os norte-americanos que discorrem sobre a integração não acreditam que a China tenha poderio militar suficiente para se sujeitar a um combate direto com o hegemon regional exclusivo.

Seguindo aos EUA, aparece a própria República Popular da China, com 18% da produção total analisada. Este item aponta para o fato de que chineses buscam enfrentar academicamente aqueles que escrevem acerca da contenção do país. Os chineses, representando aproximadamente  $\frac{1}{5}$  dos resultados, procuram passar ao mundo o aspecto integracionista da sua política exterior e comercial.

Em terceiro lugar, temos a Coreia do Sul. Outro representante que figura as primeiras posições do aporte contencionista. Ao todo, dez autores de nacionalidade sul-coreana foram analisados. Dentre eles, 40% trabalham com a idéia de integração, ou seja, a maioria dos autores nascidos na Coreia do Sul sustentam a idéia de refreamento da RPC. Entretanto, de acordo com Hochul (2002, pp. 14), os prospectos econômicos sugerem positivamente uma maior integração da região. São os autores que compartilham as mesmas idéias que Hochul que compõem o quadro da integração exposta no Gráfico 7.

Dois dos integrantes dos BRICS finalizam a composição dos cinco países mais destacados no gráfico anterior, são eles Brasil e Índia. Além de, juntamente com a China, os dois países serem parte da força motriz emergente mundial, Brasil e Índia possuem relações comerciais estreitas e importantes com Pequim.

Se por um lado as publicações indianas buscam ressaltar similaridades<sup>16</sup> do país com a China como fonte de explicação para o alto nível de integração entre eles, por outro o país sul-americano aposta nos benefícios trazidos aos brasileiros da expansão comercial chinesa. Em 2009, a RPC superou os EUA como principal parceiro comercial brasileiro. Isto configura um

---

<sup>16</sup> SHENKAR, Oded. *India and China: Partners?* Business Week, 22/Ago/2005. Disponível em: [http://www.businessweek.com/magazine/content/05\\_34/b3948423.htm](http://www.businessweek.com/magazine/content/05_34/b3948423.htm). Acesso: 10/jan/2009.



fato histórico, uma vez que os EUA foram o protagonista das relações comerciais brasileiras nas últimas décadas<sup>17</sup>.

Finalmente, deve-se destacar que os autores nascidos nos EUA representam menos da metade das publicações com aporte integracionista e somente somadas às publicações de chineses é que os 50% são atingidos. Isso denota maior pluralidade autoral, menor concentração acadêmica. Em um primeiro momento (Gráfico 6), apenas autores de países da América do Norte, Europa, Ásia e Oceania compunham o quadro de análise da contenção. Já no quadrante de integração por nacionalidade, África e América do Sul também estão presentes.

Por fim, de modo geral é possível inferir que há uma razoável, porém menor, concentração acadêmica em relação aos autores que trabalham com a integração chinesa. Apesar de a análise integracionista ter sido feita com menos autores, em números absolutos (62 contra 67 da contenção), temos maior número nacionalidades discorrendo sobre a questão.

Para melhor entendimento, seguem, abaixo (ver Tabela 11), os dados absolutos sobre as nacionalidades dos autores e suas posições.

Tabela 11: Número de autores por nacionalidade

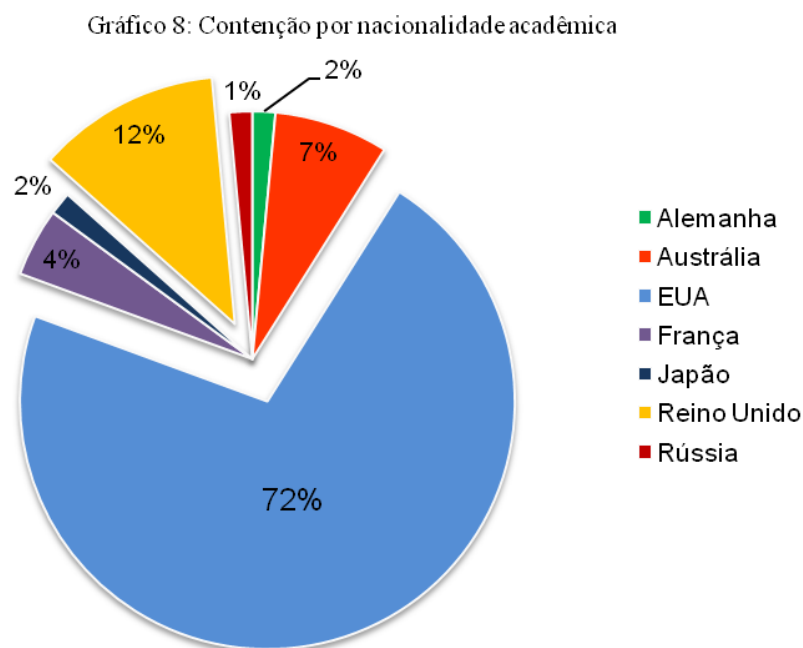
Nacionalidade	Contenção	Integração	Nacionalidade	Contenção	Integração
Alemanha	1	2	EUA	38	25
Austrália	4	0	França	0	1
Brasil	0	3	Índia	0	4
Camarões	0	1	Irlanda	0	1
Canadá	0	1	Itália	1	1
China	1	11	Japão	3	1
Coréia do Norte	0	1	Nova Zelândia	2	1
Coréia do Sul	6	4	Polônia	0	1
Croácia	0	1	Reino Unido	4	1
Dinamarca	1	0	Rússia	1	0
Espanha	1	0	Singapura	2	0
			Taiwan	2	2
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>CONTENÇÃO = 67</b>			<b>INTEGRAÇÃO = 62</b>	

<sup>17</sup> MDIC. *China se torna principal parceiro comercial do Brasil*. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=5&noticia=9041>. Acesso: 17/mai/2009.

## 5.2. Distribuição de visões contencionista e integracionista por nacionalidade acadêmica dos autores

Nesta monografia o termo *nacionalidade acadêmica* é entendido como o local em que o autor desenvolve seu trabalho e/ou pesquisa atualmente, ou então, o local onde adquiriu sua formação. Como é possível observar adiante, diversos autores obtiveram formação ou trabalham em localidades diferentes de seu berço. Nesse sentido, o objetivo será observar se há discrepância significativa ou não entre os dois aspectos analisados: nacionalidade e nacionalidade acadêmica dos autores.

Por conseguinte, logo abaixo, observa-se no Gráfico 8 os resultados dos autores que ponderaram sobre a contenção.



Inicialmente, é de extrema importância destacar que há redução significativa no número de países que configuram este segundo quesito de análise: autores por nacionalidade acadêmica. Apenas 10 países apresentaram-se como berços acadêmicos a todos os autores examinados, ao contrário do caractere apresentado anteriormente em que 23 nacionalidades entraram na

discussão. A redução de 53% no número de países trabalhados sugere que as publicações acadêmicas estão substancialmente concentradas.

Neste item a centralização das publicações de autores de nacionalidade acadêmica norte-americana é ainda mais aparente: 72%. Se somadas às produções britânicas temos, novamente, 84% do número geral de estudos com viés contencionista. Se antes (Gráfico 6) eram necessários 5 países para acumular este montante, 84%, agora apenas dois, EUA e Reino Unido.

Este resultado é consonante com a observação sobre as publicações acadêmicas em SMITH (2002, pp. 67): “*The main argument [is] the claim that the study of international relations [is] dominated by the U.S. academic community in much the same way as the U.S. dominate world politics.*” Como inferido pelo autor, a grande preocupação remete ao estreitamento ou limitação do entendimento da política mundial e, além disso, o surgimento de uma tendência a ver o mundo através de arbitrárias lentes estadunidenses.

Primeiramente, a implicação direta desse fenômeno é referente à mitigação da pluralidade acadêmica, ou seja, remete à utilização de poucos arcabouços teóricos, de visões determinadas e escassas que não promovem diversidade de interpretação aos fatos da política mundial. Smith caracteriza essa situação como uma visão míope do mundo.

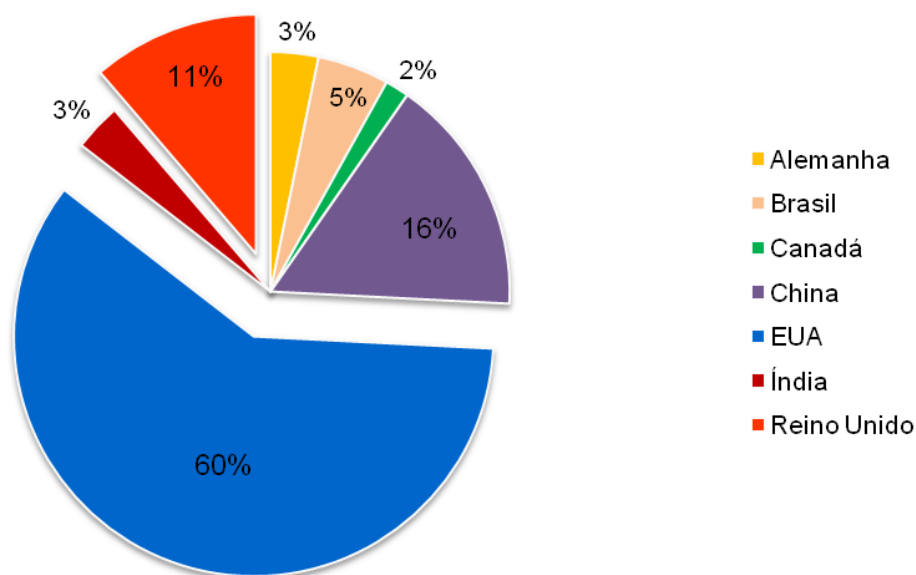
Como observado no Gráfico 8, não há grande variedade de pólos acadêmicos produzindo. Ademais, como inferido anteriormente, a concentração acadêmica estadunidense é esmagadora. Nesse sentido, é possível sugerir que a produção intelectual acerca do arrefecimento da ascensão chinesa possui, em concordância com Smith, interpretação com baixíssimo nível de variedade. Isso decorre do fato de que majoritariamente os estudos são desenvolvidos de acordo com embasamentos acadêmicos muito similares.

Academias dos atores regionais que poderiam ser, em primeiro lugar, os mais afetados pela ascensão hegemônica chinesa não apresentam parcela contundente de estudos relacionados ao tema. A Coreia do Sul, por exemplo, que aparece em segundo lugar no gráfico de contenção por nacionalidade (Gráfico 6), já não aparece no Gráfico 8. Isso significa que o aporte teórico adotado por aqueles acadêmicos de nacionalidade sul-coreana, a contenção, está sendo principalmente desenvolvida nos EUA.

Por fim, a análise do Gráfico 8 suscita que os países que mais trabalham a idéia de contenção da RPC são os EUA, as potências européias tradicionais e atores regionais mais influentes e alinhados aos norte-americanos. De modo geral, fica claro que os discursos da Teoria da Ameaça Chinesa e aspectos derivados são, sumariamente, encabeçados pela Academia estadunidense.

A seguir será feita a análise dos dados referentes à integração por nacionalidade acadêmica (ver Gráfico 9).

Gráfico 9: Integração por nacionalidade acadêmica



Assim como foi observado na análise gráfica anterior, os EUA também apresentam maioria acadêmica neste item, 60% dos autores que abordam a integração chinesa têm nacionalidade acadêmica norte-americana. Isso denota que Escolas norte-americanas também dominam este tópico. De acordo com Lampton (2004), isso ocorre pelo fato de existir prospecções para um futuro de intensificação cooperação entre Pequim e Washington. Nesse sentido, muitos autores trabalham com a idéia de integração e, conseqüentemente, com a possibilidade de ascensão pacífica da RPC. No entanto, vale ressaltar que, em valores absolutos, a China ainda é vista majoritariamente pela Academia estadunidense como uma ameaça.

O segundo lugar é ocupado por acadêmicos chineses. Cabe ressaltar aqui o fato dos autores de nacionalidade chinesa, quase em sua totalidade, serem academicamente engajados na própria República Popular da China, ao contrário de outros países (europeus e asiáticos, por exemplo). Isso caracteriza que a China busca fortalecer suas bases acadêmicas não só para a continuidade do desenvolvimento econômico, mas também para que haja contrabalanceamento ideológico em relação àqueles que observam o país como ameaça. Gerar mais conhecimento sobre um determinado assunto incentiva que outros aspectos, fora do eixo tradicional de informação, cheguem aos interessados e, por sua vez, estes passam a ter mais ferramentas para delinear suas posições individuais.

Mais uma vez o Reino Unido é percebido entre os principais resultados. Essa informação permite sugerir que a Inglaterra é uma referência mundial na Academia de Relações Internacionais. O Reino Unido, bem como os EUA, concentram as Universidades mais tradicionais do campo de estudos das Relações Internacionais. A exemplo disto, temos Universidade de Aberystwyth, no País de Gales, onde em 1919 foi criada a primeira cátedra de Relações Internacionais.

Ainda na Europa é possível observar a Alemanha (WEAVER, 1998) com presença mais significativa no quadro de integração do que no gráfico de contenção. Sabe-se que a Academia alemã, ao início do século XX, deu início aos estudos que consolidaram a visão pós-positivista nas relações internacionais através da chamada Teoria Crítica. Nesse sentido, pode ser entendido que a concepção do crescimento chinês para esses teóricos alemães foge dos padrões contencionistas ditados pelos norte-americanos.

Em relação aos países regionais, como Austrália, Coreia do Sul, Índia e Japão, algumas considerações devem ser tecidas. Primeiramente, há que se alertar para o fato de Austrália, Coreia do Sul e Japão não figuram o Gráfico 9, ou seja, dentro os autores analisados, nenhum desses países apresentou bases para o desenvolvimento de estudos com argumentos integracionistas. Ao contrário da Índia, que somente apresentou estudos voltados para essa categoria.

Com referência ao Gráfico 9, conclui-se que há concentração acadêmica estadunidense, mas que ela é inferior ao aporte contencionista. Ademais, vale ressaltar que estudos chineses são desenvolvidos no país como forma de fortalecer a imagem pacífica do crescimento chinês.

Mesmo que, internamente, a percepção dos governantes da RPC sobre as relações internacionais sejam de viés realista (DENG, 1998).

Para melhor visualização, segue, abaixo, dados absolutos dos autores que abordam a integração pacífica da República Popular da China ao mundo.

Tabela 12: Número de autores por nacionalidade acadêmica

Nacionalidade Acadêmica	Contenção	Integração
Alemanha	1	2
Austrália	5	0
Brasil	0	3
Camarões	0	0
Canadá	0	1
China	0	10
Coréia do Norte	0	0
Coréia do Sul	0	0
Croácia	0	0
Dinamarca	0	0
Espanha	0	0
EUA	48	37
França	3	0
Índia	0	2
Irlanda	0	0
Itália	0	0
Japão	1	0
Nova Zelândia	0	0
Polônia	0	0
Reino Unido	8	7
Rússia	1	0
Singapura	0	0
Taiwan	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>67</b>	<b>62</b>

### 5.3. Distribuição de visões contencionista e integracionista nas Academias da China e dos EUA

Este item apresenta os dados sobre nacionalidade e nacionalidade acadêmica somente dos países que são o objeto principal da pesquisa, ou seja, a República Popular da China e os Estados Unidos da América.

O objetivo é apontar, exclusivamente, as tendências presentes nas Academias desses dois países, além do viés apresentado por seus nacionais. Nesse sentido, seguem, abaixo, as devidas informações sobre os quesitos contenção e integração de acordo com a categoria selecionada (ver Gráficos 10 a 17).

Para melhor visualização dos dados absolutos e relativos foram construídos diferentes que proporcionassem maior entendimento das informações. Os gráficos 10 a 13 apresentam melhor observação dos resultados absolutos, já os gráficos 14 a 17 permitem melhor compreensão sobre os dados relativos.

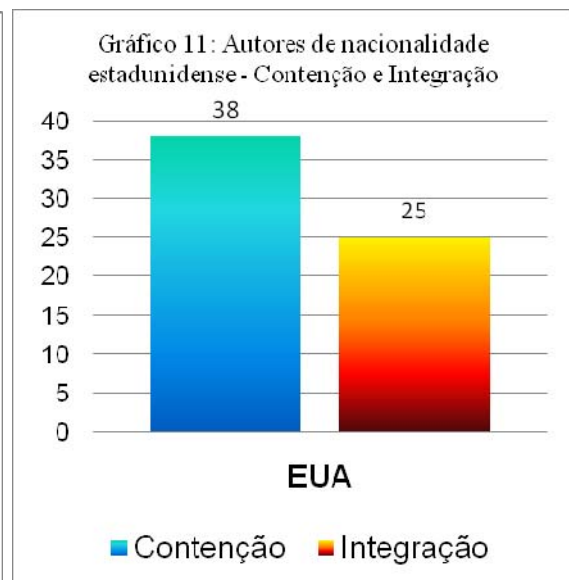
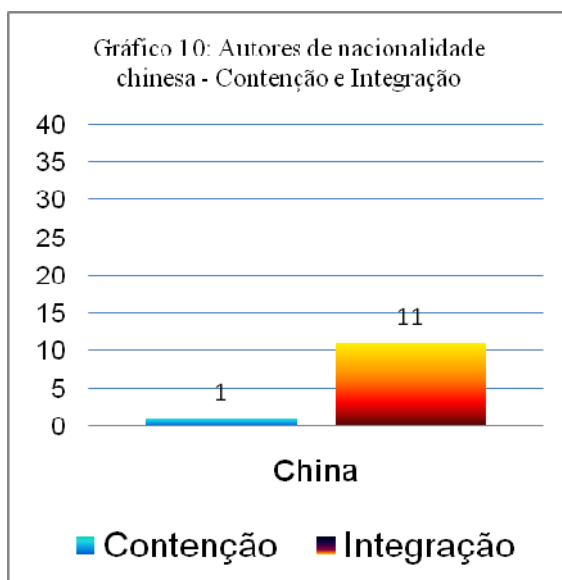


Gráfico 12: Autores de nacionalidade acadêmica chinesa

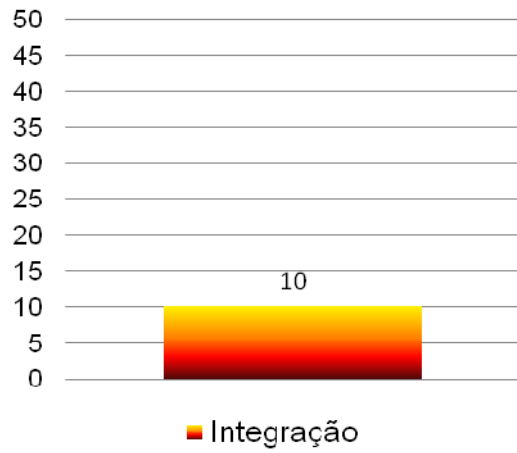


Gráfico 13: Autores de nacionalidade acadêmica estadunidense

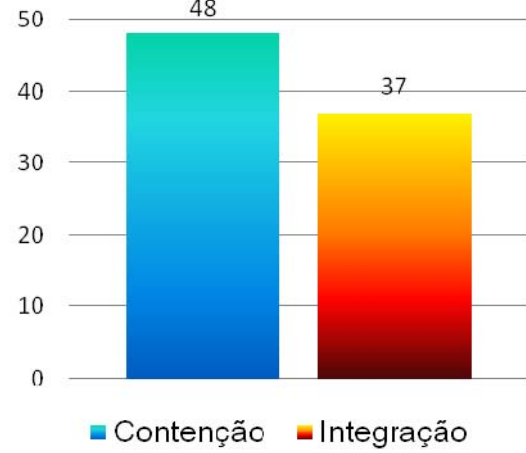


Gráfico 14: Autores de nacionalidade chinesa - Contenção e Integração II

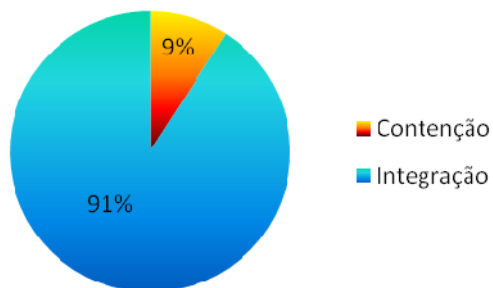
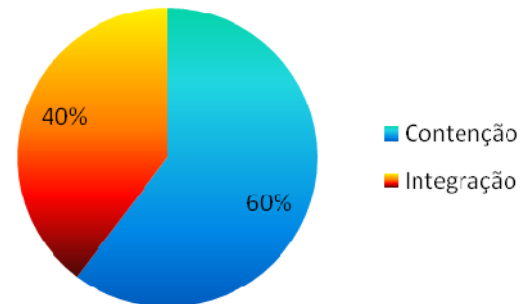
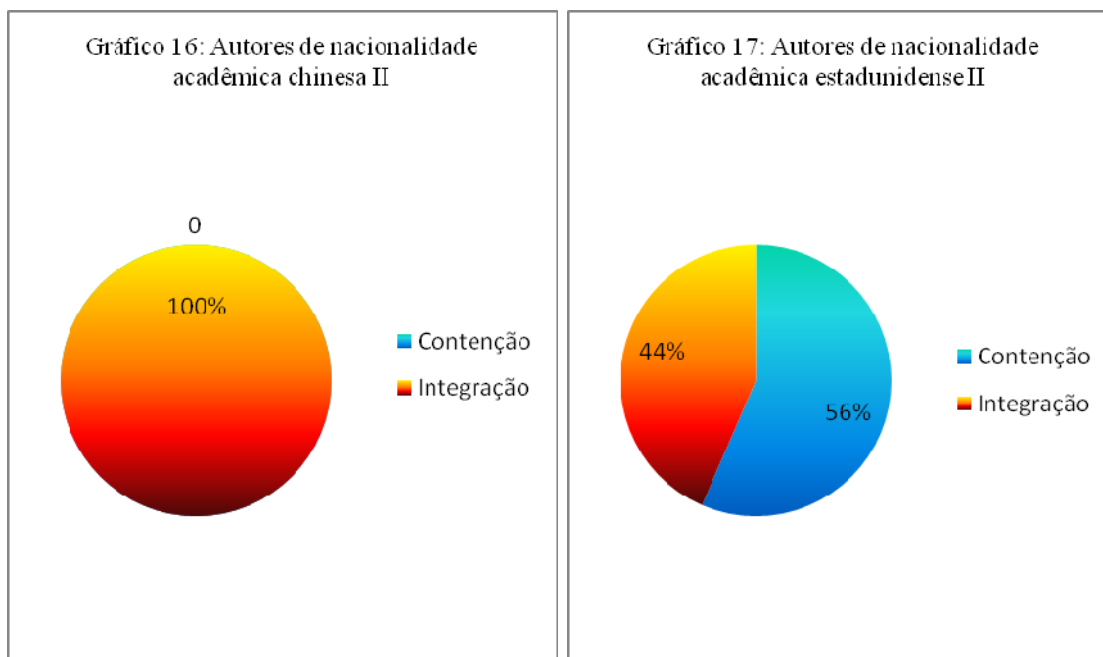


Gráfico 15: Autores de nacionalidade estadunidense - Contenção e Integração II







Os oito últimos gráficos apresentados (10 a 17) foram analisados somente os autores de nacionalidade chinesa ou estadunidense (Gráficos 10, 11, 14 e 15) e, em seguida, exclusivamente os autores de nacionalidade acadêmica chinesa ou estadunidense (Gráficos 12, 13, 16 e 17).

Nos dois primeiros objetos de análise, ou seja, os gráficos com apenas a nacionalidade destacada, foi possível observar que a Academia norte-americana é predominante, em detrimento da chinesa. De acordo com esses elementos, infere-se 63 acadêmicos estadunidenses e 12 chineses.

Estatisticamente, em sua maioria (90%), os autores chineses se opõem à premissa contencionista. Claramente, a Academia chinesa sustenta a pacífica e desenvolvimentista ascensão chinesa. A única exceção observada se refere ao Li Cheng, que desenvolve trabalhos e tem formação acadêmica nos Estados Unidos.

Ao contrário dos chineses, 60% dos autores de nacionalidade norte-americana analisados trabalham com a idéia de contenção da RPC. Isto é, suas pesquisas voltadas para o tema sustentam a China como uma ameaça à hegemonia regional dos EUA. Por outro lado, 40% desse mesmo grupo embasam os seus trabalhos na possibilidade de integração do país comunista ao sistema internacional.

Tratando-se de países com tendências realistas para a concepção das relações internacionais, ambos, China e EUA, apresentam estudos consideráveis com a proposta de ascensão não conflituosa da RPC. Por mais que autores norte-americanos, majoritariamente, discorram sobre o viés contencionista, cabe salientar que a porcentagem de autores contrabalanceando tal apreciação é bastante significativa.

A maioria dos estudos norte-americanos sobre a integração da República Chinesa leva em consideração a aproximação dos EUA com a China, realizadas nos governos Nixon e Clinton, como um fator empírico da possibilidade de manutenção de relações positivas, comercial e politicamente, com um país de regime não alinhado ao próprio. Ademais, de acordo com esses autores, o histórico das interações políticas e econômicas dos EUA com a RPC não apresentou justificativas suficientes para que houvesse um rompimento das relações interestatais dos Estados mencionados.

Partindo para a análise dos Gráficos 12, 13, 16 e 17 em que são trabalhados somente os autores de nacionalidade acadêmica chinesa e norte-americana, é novamente possível constatar a superioridade de produção do país anglo-saxão.

Ao resultado anterior do Gráfico 11, somam-se, no Gráfico 13, aqueles acadêmicos que possuem formação ou desenvolvem pesquisas nos EUA com referência ao tema abordado. Desta forma, o número absoluto de pesquisadores sobe de 38 para 48 – no item de contenção. Se dos 48 autores abordam o contencionismo, 38 são norte-americanos, por conseguinte, no geral, 80% dos que defendem o refreamento da RPC são dos EUA.

Este fato permite constatar que as produções acadêmicas voltadas para o contencionismo da ascendente influência chinesa são dominadas por catedráticos de nacionalidade acadêmica norte-americana.

Em consonância com o resultado apresentado, a análise gráfica dos autores de nacionalidade acadêmica estadunidense também é majoritariamente composta por autores de nascidos nos EUA. Entretanto, a participação desse grupo de autores é inferior à apresentada anteriormente, 65%. Esse dado demonstra um pouco mais de pluralidade nas produções de viés

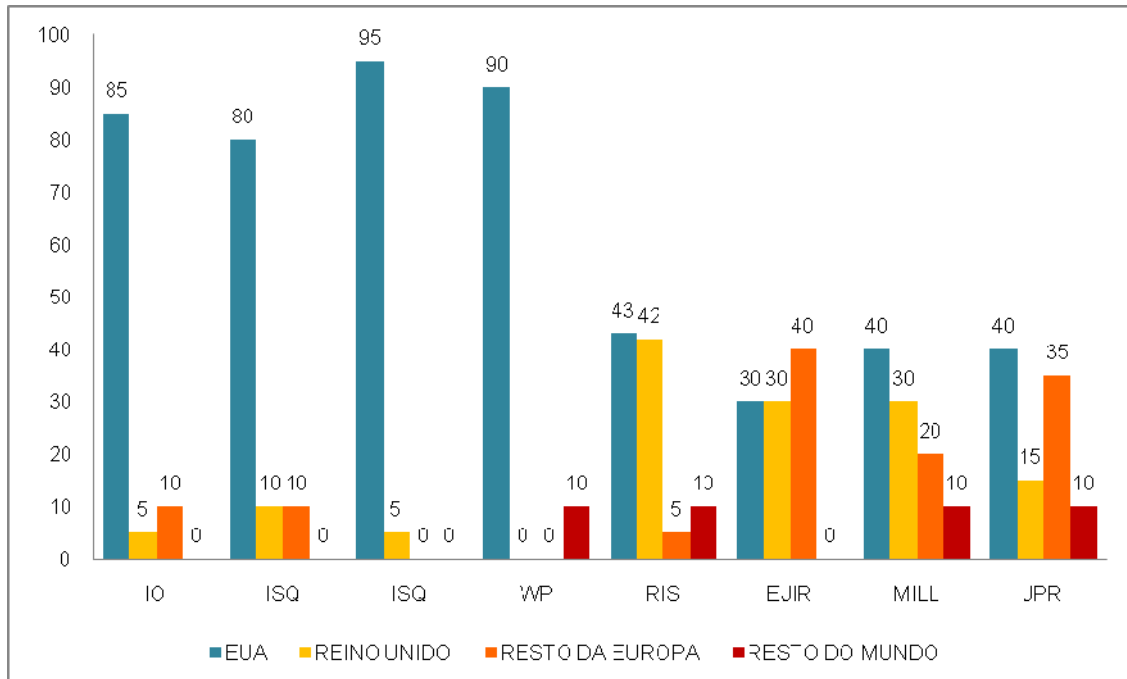
integracionista, se comparado ao dado de contenção por autores de nacionalidade acadêmica norte-americana.

Quando analisada a participação de autores de nacionalidade acadêmica chinesa, temos a seguinte resposta: não há presença de estudos na Academia da RPC referente à contenção, ou seja, 100% dos artigos trabalhados somente se posicionam em favor da visão integracionista. Isso pode ter como motivo não só a concepção acadêmica trabalhada naquele país, mas também a questão da repressão da liberdade de expressão imposta pela ditadura do governo de Pequim. Por outro lado, é possível constatar que os chineses, a partir de suas produções acadêmicas, buscam contrabalancear a visão majoritária no campo das Relações Internacionais imposta pelos EUA.

O autor Ole Weaver conduziu, em 1995, uma pesquisa sobre a concentração das publicações no campo de estudos das Relações Internacionais. Para tanto, o autor analisou as publicações dos periódicos mais importantes da área durante 25 anos (1970-1995). Ficou constatada a dominação de autores com residência nos EUA nesses veículos, como pode ser observado, a seguir, no Gráfico 18 que:

*compares the distribution of author's country of residence in the leading journals in North America and Europe. In all four North American journals for all investigated years (1970-95), Americans account for between 66 and 100 percent of the authors, with an average of 88.1 percent. The European journals are relatively balanced, with Americans and Britons equally represented at around 40 percent in the **Review of International Studies** and **Millennium**, and with Americans and 'the rest of Europe' equally represented at about 40 percent in the **Journal of Peace and Research**. [...] How does this situation compare with other disciplines? A recent comparison of 38 leading journals from different fields found that in the natural sciences, the percentage of American authors in U.S.-published journal was typically 40-50 percent, whereas almost all social science journals have a score of more than 80 percent of American authors. [...] Knowing the author's countries of residence may be useful for showing the relative 'power' of the different IR communities. (WEAVER, 1998, pp. 699)*

Gráfico 18: Distribuição de autores por país de residência nos periódicos internacionais de RI, 1995



IO	<i>International Organization</i>	RIS	<i>Review of International Studies</i>
ISQ	<i>International Studies Quarterly</i>	EJIR	<i>European Journal of International Relations</i>
IS	<i>International Security</i>	MILL	<i>Millenium</i>
WP	<i>World Politics</i>	JPR	<i>Journal of Peace Research</i>

Fonte: Weaver, 1998, pp. 699.

A alusão da pesquisa desenvolvida por Weaver nesse trabalho tem por objetivo apontar a dominância estadunidense também na produção acadêmica sobre a ascensão da República Popular da China. Notadamente, em todos os dados analisados, a maioria dos autores ou é de nacionalidade estadunidense ou tem como nacionalidade acadêmica o país anglo-saxão. Ademais, é pertinente ressaltar a constatação de que o dado com maior expressão participativa é de viés contencionista.

Como informado anteriormente, de acordo com Steve Smith (2002), os EUA dominam o meio acadêmico, assim como a política mundial. Isso, ainda em consonância com o autor, gera tendência a de se levar a frente uma interpretação quase exclusiva, principal e tradicional dos fatos: *“The dominance of the U.S. academic community in the world community of IR”*.

Alguns autores do campo de estudos da Ciência Social, especialmente aqueles que possuem concepção pós-positivista, como John Vasquez (1995), inferem o conhecimento como ferramenta de poder e manutenção da ordem vigente. De acordo com o autor, jogos discursivos e estruturas conceituadas são aptos a se tornarem profecias auto-realizáveis. Nesse sentido, a Teoria explica e ao mesmo tempo constrói. Se o Realismo infere que a anarquia entre os Estados é proveniente do conflito, estes tendem a aumentar.

Autores Pós-positivistas concordam que o Positivismo é uma forma de poder que viola a liberdade humana. Fazer ciência não é natural, é uma construção humana. O dado empírico não é neutro, porque influencia a realidade já existente (VASQUEZ, 1995).

Nesse sentido, a dualidade cooperação-conflito, apresenta tendência significativa ao aporte contencionista, tendo a liderança da Academia norte-americana. Weaver (1998, pp. 688) destaca que um movimento “*toward a more pluralistic or balanced situation is widely expected, and several signs has appeared*” E que “*the most obvious candidate for an independent IR tradition based on a unique philosophical tradition is China, though very little independent theorizing has taken place.*”

Por fim, é observado que os estudos desenvolvidos pela Academia norte-americana são muito tradicionais, com altíssimo viés Realista e que a posição contencionista é a que mais expressa significância na análise em questão. Isso ocorre apesar dos dados apontados no Capítulo 2 denotarem a inferioridade militar chinesa e a suscetibilidade da economia daquele país.

## CONCLUSÃO

Conclui-se nessa pesquisa que a visão predominante em relação à ascensão da República Popular da China é de aporte contencionista. Esse fato infere a concepção da RPC como uma ameaça à ordem mundial e como um país embutido de intenções hegemônicas. Majoritariamente, é essa a visão apresentada pelos autores cujos trabalhos foram analisados.

Como foi demonstrado ao longo da pesquisa, o aspecto integracionista também possui representação nos resultados, no entanto, o aporte contencionista apresenta significativamente mais adeptos.

Também é constatado que a Academia dos Estados Unidos da América domina o meio de produções intelectuais sobre a ascensão chinesa, seja com viés contencionista ou integracionista. Esse fator é consonante à pesquisa realizada por Weaver concernente à distribuição das produções acadêmicas mundiais no campo das Relações Internacionais.

Os resultados apontam para a ausência de pluralidade contundente no campo de produções acadêmicas voltadas para o tema discutido. Importantes atores regionais, como por exemplo, Austrália, Índia e Japão, nessa pesquisa, não apresentam grande volume de produções sobre a ascensão chinesa, se comparado às produções estadunidenses.

Nesse sentido, através dos resultados, observa-se que o crescimento chinês, mesmo com todos os obstáculos e deficiências, provoca na maioria dos acadêmicos a impressão de que a ascensão da China não será pacífica e trará implicações para a vigente hegemonia regional estadunidense.

Tendo em vista a dominância acadêmica estadunidense e dos seus aportes Realistas, é certo concluir que a visão predominante encontrada reflete o cenário conflituoso e de dominação política e acadêmica inferido por Steve Smith (2002).

## REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do Século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. *The Rise of East Asia and the Withering Away of the Interstate System*. Washington, 1997. Disponível em: <http://fbc.binghamton.edu/gaasa95.htm>. Acesso: 20/10/2008.

ATEBA, Bertrand. *Is the rise of China a security threat?*. In *Polis/R.C.S.P./C.P.S.R.*, Vol. 9, Numéro Spécial, 2002.

AUSTRALIAN SENATE – FOREIGN AFFAIRS, DEFENCE, AND TRADE REFERENCES COMMITTEE. *China's Emergence: implications for Australia*. Commonwealth of Australia, Senate Print Unit, Parliament House, Canberra, 2006.

BARRY-JONES, R. J. *Routledge Encyclopedia of International Political Economy*. EUA: Routledge, 2001, Vol. 2.

BATES, Gill; HUANG, Chin-hao; MORRISON, Stephen. *Assessing China's Growing Influence in Africa*. *China Security*, Vol. 3 No. 3 Summer 2007, pp. 3 – 21.

BESSON, Mark. *Hegemonic Transition in East Asia? The dynamics of Chinese and American power*. *Review of International Studies*, 2009, Vol. 35, pp. 95-112.

BROWN, Michael E.; COTE, Owen R.; JONES, Sean M. Lynn. *Rational choice and security studies*. USA: MIT Press, 2000.

\_\_\_\_\_. *Rise of China*. EUA: MIT Press, 2000.

BRUSSI, Antonio J. *A pacífica ascensão da China: perspectivas positivas para o future?* Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292008000100010&lng=en&nrm=iso#nt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292008000100010&lng=en&nrm=iso#nt). Acesso: 24/02/2009.

BRZEZINKSI, Zbgniew; MEARSHEIMER, John J. Clash of the titans. In *Foreign Policy*, Issue 146, 2005.

BUZAN, Barry; FOOT, Rosemary. *Does China Matter? A Reassessment: essays in memory of Gerald Segal*. EUA: Routledge, 2004.

CARPENTER, Ted Galen. *America's coming war with China*. USA: Pelgrave, 2006.

CHANLETT-AVERY, Emma. *The Rise of China and Its Effect on Taiwan, Japan, and South Korea: U.S. policy choices*. CRS Report for Congress, 2006.

CHENG, Li. *China in the year of 2020: three political scenarios*. This essay is a revised version of a paper that was presented at an NBR conference titled "China 2020: Future Scenarios," Airlie Center, VA, February 15–17, 2007.

\_\_\_\_\_. *China's New Military Elite*. China Security, Vol. 3 No. 4 Autumn 2007, pp. 62 – 89.

\_\_\_\_\_. *China's Political Succession: four myths in the U.S.* Disponível em: <http://www.fpif.org/commentary/0105chinamyths.html>. Acesso: 24/mai/2009.

COPELAND, Dale. *Economic Interdependence and the Future os U.S.-Chinese Relations*. Em: IKENBERRY, G. J.; MASTANDUNO, M. *International Relations Theory and the Asia-Pacific*. EUA: Columbia University Press, 2003, pp. 323-352.

DENG, Yong. *The Chinese Concept of National Interests in International Relations*. Cambrigde University Press: The China Quarterly, N° 154, Junho 1998, pp. 308-32. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/655893>. Acesso: 12/fev/2009.



DESAI, Meghnad; HUTTON, Will. *Does the future really belong to China?* Em: Prospect Magazine, N° 130, 2007.

ELLIOT, Michael. *The Chinese Century*. Time CNN, 11 jan. 2007. Disponível em: <http://www.time.com/time/printout/0,8816,1576831,00.html>. Acesso: 02/02/2008.

ERICKSON, Andrew. *New U.S. Maritime Strategy: initial Chinese responses*. China Security, Vol. 3 No. 4 Autumn 2007, pp. 40-61.

FENG, Zhu; ROSS, Robert. *China's Ascent: power, security, and the future of international politics*. EUA: Cornell University, 2008.

FEREJOHN, John; PASQUINO, Pasquale. A teoria da escolha racional na Ciência Política: conceitos de racionalidade em teoria política. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, N° 45, Vol. 16, 2001, pp. 5-24.

FRIEDMAN, G.; STARR, H. *Agency, Structure, and International Politics: from ontology to empirical inquiry*. EUA: Routledge, 1997.

GARRET, Geoffrey. *Global Markets and National Politics: collision course or virtuous circle?* In KATZENSTEIN, Peter; KEOHANE, Robert O.; KRASNER, Stephen D. *Exploration and Contestation in the Study of World Politics*. EUA: The MIT Press, 1999, pp. 147-184).

GERTZ, Bill. *The China Threat: how the People's Republic targets America*. USA: NATL Book Network, 2000.

GILL, Bates. *US, China and World Order*. Washington, USA. The Brookings: 2001.

GLASER, Bonnie; LIANG, Wang. *North Korea: the beginning of a China-US partnership?*. The Washington Quarterly, Summer 2008, p. 165-180.

GUZZINI, Stefano; LEANDER, Anna. *Constructivism and International Relations: Alexander Wendt and his critics*. EUA: Routledge, 2006.

HAASS, Richard. *The Age of Nonpolarity: what Will Follow U.S. Dominance*. Foreign Affairs , May/June 2008.

HALLIDAY, Fred. *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1999.

HOCHUL, Lee. *Balance of Power and Economic Interdependence in the Post-Cold War Northeast Asian International Relations: an empirical study*. USA: Boston, APSA, 2002, pp. 1-24.

HOUSE COMMITTEE ON INTERNATIONAL RELATIONS & SUBCOMMITTEE ON ASIA AND THE PACIFIC. *China's anti-secession law and developments across the Taiwan Strait*, April 6<sup>th</sup> 2005.

IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. 4<sup>a</sup> Edição.

ILGEN, Thomas J. *Hard Power, Soft Power and the Future of Transatlantic Relations*. Inglaterra: Ashgate Publishing, 2006.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. *Introdução às Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

JIANWU, He; SHANTONG, Li; POLASKI, Sandra. *China's Economic Prospects 2006-2020*. EUA: Carnegie Endowment for International Peace, Number 83, April 2007.

JOHNSTON, Alastair Iain; ROSS, Robert. *Engaging China: the management of an emerging power*. EUA: Routledge, 1999.

JONES, Alexandra. *Responding to the rise of China*. Em: Security Challenges, N° 1, Vol. 3, pp. 17-27, 2007.

KATZENSTEIN, Peter; KEOHANE, Robert O.; KRASNER, Stephen D. *Exploration and Contestation in the Study of World Politics*. EUA: The MIT Press, 1999.

KAUPPI, Mark V.; VIOTTI, Paul R. *International Relations Theory: realism, pluralism, globalism, and beyond*. USA: Ally and Bacon, 3ª Ed, 1998.

KEIDAL, Albert. *The Limits of a Smaller, Poorer China*. Financial Times, November 14, 2007.

KENNAN, George. *The sources of Soviet Conduct*. Foreign Affairs, 1947. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/23331/x/the-sources-of-soviet-conduct>. Acesso: 10/dez/2008.

KISSINGER, Henry. *China: containment won't work*. USA: **Washington Post**, p. A-19. 13 jun. 2005. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2005/06/12/AR2005061201533.html>>. Acesso em: 20/mar/2008.

KRISTENSEN, Hans M.; NORRIS, Robert S. U.S. Nuclear forces, 2008. In *Bulletin of the atomic scientists*, N° 1, Vol. 64, pp. 50-53, 58, 2008.

KRISTENSEN, Hans M.; McKINZIE, Matthew G.; NORRIS, Robert S. *Chinese nuclear forces as U.S. nuclear war planning*. USA: Federation of American Scientists & Natural Resources Defense Council, 2006.

LAMPTON, David M. *The United States and China: competitors, partners, or both?* U.S. Foreign Policy Colloquium at George Washington University, June 2004.

MEARSHEIMER, John J. The rise of China will not be peaceful at all. In *The Australian*, November 18<sup>th</sup> 2005.

\_\_\_\_\_. Real World. In *The New Republic*, August 9<sup>th</sup> 2004.

\_\_\_\_\_. *The Tragedy of Great Power Politics*. EUA: Norton Company, 2001.

MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João P.; *Teoria das relações internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. Fact Sheet – *China: Nuclear Disarmament and Reduction of*, April 27<sup>th</sup> 2007.

MIT. *Foreign Policy Index*. Disponível em: <http://www.state.gov/g/drl/rls/hrrpt/2006/78771.htm>. Acesso em: 17/ago/2008.

MITRANY, David. *A Working Peace System*. Chicago, USA: Quadrangle Books, 1966.

MOHAN, C. Haja. *The Asian Balance of Power*. Seminar Magazine. New Delhi: Malvika Singh, 2008. Disponível em: <http://www.india-seminar.com/2000/487/487%20raja%20mohan.htm>. Acesso: 10/dez/2008.

MORGENTHAU, Hans J. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. São Paulo: IPRI, 2003.

MORRISSON, Wayne. *China's Economic Conditions*. USA: The Library of Congress, 2006.

MURRAY, Scot Tanner. *Challenges to China's Internal Security Strategy*. USA: RAND, 2006.

ODGAARD, Liselotte. *China's Premature Rise to Great Power*. MIT Center for International Studies. August 28, 2008. Disponível em: <http://www.alternet.org/story/51261>. Acesso em: 30/nov/2008.

ONN, Lee Poh. *Regional Outlook: Southeast Asia*. Singapura: Institute of Southeast Asian Studies, 2007. Disponível em: [http://books.google.com/books?id=F\\_oIqytwXIC&printsec=frontcover&dq=regional+outlook+southeast+asia&ei=hRKbSqCwA5LYygSz7unxDg&hl=pt-BR](http://books.google.com/books?id=F_oIqytwXIC&printsec=frontcover&dq=regional+outlook+southeast+asia&ei=hRKbSqCwA5LYygSz7unxDg&hl=pt-BR). Acesso: 24/jan/2008.

PAN, Wei. *The Chinese Model of Development*. Discurso proferido no Foreign Policy Center, Londres. Data: 11 out. 2007.

PEI, Minxin. *The Dark Side of China's Rise*. Foreign Policy, March/April 2006.

PENG, Liu. *Crisis of Faith*. China Security, Vol. 4, N. 4, Autumn, 2008, pp. 25-35.

PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA NATIONAL PEOPLE'S CONGRESS. *Anti-secession Law of the People's Republic of China*, December 2004.

PINTO, Antonio Pereira. *China: a ascensão pacífica da Ásia Oriental*. Revista Brasileira de Política Internacional, Vol. 48, N. 2. Brasília, Julho/Dezembro 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292005000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000200004&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 26/ago/2008. (a)

\_\_\_\_\_. *China e Índia: disputa por soft power (II)*. 2008. Disponível em: <http://meridiano47.info/2008/01/22/220120081309/>. Acesso: 25/out/2008. (b)

ROSS, Robert. *A Realist Policy for Managing US-China Competition*. The Stanley Foundation: Policy Analysis Brief, November, 2005.

RUDOLF, Peter. *The United States and the Rise of China*. Berlin: German Institute for International and Security Affairs, 2006.

SAYERS, Eric. *China's Asymmetric Strategy*. CSP Security, 2007.

SCHALLER, Michael. *United States and China into the 21<sup>st</sup> century*. USA: Oxford USA Trade, 2002.

SCHIFFER, Michael; SCHMITT, Gary. *Keeping Tabs On China's Rise*. USA: The Stanley Foundation, Maio, 2007.

SETSER, Brad. *China: creditor to the rich*. China Security, Vol. 4, N. 4, Autumn, 2008, pp. 17-24.

SMITH, Steve. *The United States and the discipline of International Relations: "hegemonic country, hegemonic discipline"*. Oxford: International Studies Association, 2002. Disponível em: <http://www.esc.umn.edu/docs/Smith.pdf>. Acesso: 15/out/2008.

SNYDER, Jack. *One World, Rival Theories*. Foreign Policy, N. 145, 2004.

SUTTER, Robert. Why does China matter? In *The Washington Quarterly*, Nº 27, Vol. 1, pp. 75-89, 2003.

\_\_\_\_\_. *China's Changing Conditions: possible implications for US interests*. U.S. Congress. Joint Economic Committee. *China's Economic Future: Challenges to U.S. Policy*. 104th Congress, 2nd session, Washington, D.C., U.S. Govt. Print. Off. 1998.

\_\_\_\_\_. *China's Rise in Asia: promises and perils*. EUA: Rowman and Littlefield Publishers, 2005.

TKACIK, John. *China's Superpower Economy*. USA: The Heritage Foundation. Webmemo N. 1762, December/2007.

THOMTON, John L. *Long Time Coming: the prospects for democracy in China*. Foreign Affairs, January/February 2008.

VASQUEZ, John. *The Post-Positivist Debate: Reconstructing Scientific Enquiry and International Relations Theory After Enlightenment's Fall*. Em: *International Relations Theory Today*. Eds. Ken Booth and Steve Smith. Cambridge: Policy Press, 1995. 217-40.

VERGERON, Karine Lisbonne-de. *Contemporary Chinese Views of Europe*. England, London: Catham House: 2007.

WALTZ, Kenneth N. *Teoria das Relações Internacionais*. Portugal: Gradiva, 2002.

WEAVER, Ole. *Sociology of a Not So International Discipline: American and European Developments in International Relations*. International Organization, Vol. 52, No. 4, International Organization at Fifty: Exploration and Contestation in the Study of World Politics. (Autumn, 1998), pp. 687-727.

WIGHT, Martin. *A política do poder*. São Paulo: IPRI, 2002.

WOO, Wing Thye. *What are the High-Probability Challenges to Continued High Growth in China?* USA: Brookings Institution, 2007.

XINBO, Wu. *Understanding Chinese and US Crisis Behavior*. The Washington Quarterly, Winter 2007-08, pp. 61-76.

YAHUDA, Michael. *China's Foreign Relations: the long march, future uncertain*. *The China Quarterly*, No. 159, Special Issue: The People's Republic of China after 50 Years (Sep., 1999), pp. 650-659. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/655759>. Acesso: 23/jul/2008.

ZHAO, Suisheng. *Chinese Foreign Policy: pragmatism and strategic behavior*. Inglaterra: East Gate Book, 2004.

ZOELLICK, Robert B. *Whither China: from membership to responsibility?* Em: NBR Analysis, Volume 16, Número 4, 2005.



## APÊNDICE A – LISTA DE AUTORES UTILIZADOS NA ANÁLISE

	NACIONALIDADE	NACIONALIDADE ACADÊMICA	AUTOR(A)	POSIÇÃO TEÓRICA
1	ALEMANHA	ALEMANHA	PETER RUDOLF	CONTENÇÃO
2	ALEMANHA	ALEMANHA	MORITZ SCHULARICK	INTEGRAÇÃO
3	ALEMANHA	ALEMANHA	NADINE GODEHARDT	INTEGRAÇÃO
4	AUSTRÁLIA	AUSTRÁLIA	ANDREW ERICKSON	CONTENÇÃO
5	AUSTRÁLIA	AUSTRÁLIA	KEVIN RUDD	CONTENÇÃO
6	AUSTRÁLIA	AUSTRÁLIA	BRUCE VAUGHN	CONTENÇÃO
7	AUSTRÁLIA	AUSTRÁLIA	ALEXANDRA JONES	CONTENÇÃO
8	BRASIL	BRASIL	A. JOSÉ ESCOBAR BRUSSI	INTEGRAÇÃO
9	BRASIL	BRASIL	CAROLINA DANTAS NOGUEIRA	INTEGRAÇÃO
10	BRASIL	BRASIL	ANTONIO PEREIRA PINTO	INTEGRAÇÃO
11	CAMARÕES	CHINA	BERTRAND ATEBA	INTEGRAÇÃO
12	CANADÁ	CANADÁ	JEREMY PALTIEL	INTEGRAÇÃO
13	CHINA	CHINA	WU XINBO	INTEGRAÇÃO
14	CHINA	CHINA	ZANG QUANYI	INTEGRAÇÃO
15	CHINA	CHINA	JISI WANG	INTEGRAÇÃO
16	CHINA	CHINA	ZHU FENG	INTEGRAÇÃO
17	CHINA	CHINA	HE JIANWU	INTEGRAÇÃO
18	CHINA	CHINA	WANG LIANG	INTEGRAÇÃO
19	CHINA	CHINA	LI SHANTONG	INTEGRAÇÃO
20	CHINA	EUA	LI CHENG	CONTENÇÃO
21	CHINA	EUA	QIN YAQING	INTEGRAÇÃO
22	CHINA	EUA	YONG DENG	INTEGRAÇÃO
23	CHINA	REINO UNIDO	LIU YUFAN	INTEGRAÇÃO
24	CHINA	REINO UNIDO	YONGJIN ZHANG	INTEGRAÇÃO
25	CORÉIA DO NORTE	EUA	HOCHUL LEE	INTEGRAÇÃO
26	CORÉIA DO SUL	EUA	BYUNG-KOOK KIM	CONTENÇÃO
27	CORÉIA DO SUL	EUA	YUKI TATSUMI	CONTENÇÃO
28	CORÉIA DO SUL	EUA	WOOSANG KIM	CONTENÇÃO
29	CORÉIA DO SUL	EUA	KATHARINE H. S. MOON	CONTENÇÃO
30	CORÉIA DO SUL	EUA	KI-JUNG KIM	CONTENÇÃO
31	CORÉIA DO SUL	EUA	YONGHO KIM	INTEGRAÇÃO
32	CORÉIA DO SUL	EUA	CHUNG-IN MOON	INTEGRAÇÃO
33	CORÉIA DO SUL	EUA	MIN GYO KOO	INTEGRAÇÃO
34	CORÉIA DO SUL	FRANÇA	MYONGSOB KIM	CONTENÇÃO
35	CORÉIA DO SUL	REINO UNIDO	SEUNG-WON SUH	INTEGRAÇÃO

NACIONALIDADE	NACIONALIDADE ACADÊMICA	AUTOR(A)	POSIÇÃO TEÓRICA
36 CROÁCIA	CHINA	ERIC HAGT	INTEGRAÇÃO
37 DINAMARCA	REINO UNIDO	LISELOTTE ODGAARD	CONTENÇÃO
38 ESPANHA	FRANÇA	JAVIER SANTISO	CONTENÇÃO
39 EUA	CHINA	JOHN THOMTON	INTEGRAÇÃO
40 EUA	EUA	ROBERT J. ART	CONTENÇÃO
41 EUA	EUA	GILL BATES	CONTENÇÃO
42 EUA	EUA	J. STEPHEN MORRISON	CONTENÇÃO
43 EUA	EUA	ALBERT KEIDEL	CONTENÇÃO
44 EUA	EUA	ERIC SAYERS	CONTENÇÃO
45 EUA	EUA	MICHAEL SCHIFFER	CONTENÇÃO
46 EUA	EUA	JOHN J. MEARSHEIMER	CONTENÇÃO
47 EUA	EUA	HANS KRISTENSEN	CONTENÇÃO
48 EUA	EUA	ROBERT S. NORRIS	CONTENÇÃO
49 EUA	EUA	MATTHEW G. MCKINZIE	CONTENÇÃO
50 EUA	EUA	MURRAT SCOT TANNER	CONTENÇÃO
51 EUA	EUA	EMMA CHANLETT-AVERY	CONTENÇÃO
52 EUA	EUA	ELIZABETH ECONOMY	CONTENÇÃO
53 EUA	EUA	DICK K. NANTO	CONTENÇÃO
54 EUA	EUA	ADAM WOLFE	CONTENÇÃO
55 EUA	EUA	ASHTON B. CARTER	CONTENÇÃO
56 EUA	EUA	WILLIAM J. PERRY	CONTENÇÃO
57 EUA	EUA	ROGER CLIFF	CONTENÇÃO
58 EUA	EUA	DAVID A. SHLAPAK	CONTENÇÃO
59 EUA	EUA	ROBERT ROSS	CONTENÇÃO
60 EUA	EUA	SAMUEL HUNTINGTON	CONTENÇÃO
61 EUA	EUA	THOMAS MCNAUGHER	CONTENÇÃO
62 EUA	EUA	TED GALEN CARPENTER	CONTENÇÃO
63 EUA	EUA	MICHAEL MASTANDUNO	CONTENÇÃO
64 EUA	EUA	THOMAS J. CHRISTENSEN	CONTENÇÃO
65 EUA	EUA	AVERY GOLDSTEIN	CONTENÇÃO
66 EUA	EUA	ALASTAIR IAIN JOHNSTON	CONTENÇÃO
67 EUA	EUA	HENRY R. NAU	CONTENÇÃO
68 EUA	EUA	JONATHAN KIRSHNER	CONTENÇÃO
69 EUA	EUA	BILL GERTZ	CONTENÇÃO
70 EUA	EUA	JACK S. LEVY	CONTENÇÃO
71 EUA	EUA	JEFFREY W. LEGRO	CONTENÇÃO
72 EUA	EUA	KATE JEFFERSON	CONTENÇÃO
73 EUA	EUA	MICHAEL PILLSBURY	CONTENÇÃO
74 EUA	EUA	GEORGE KENNAN	CONTENÇÃO
75 EUA	EUA	RICHARD BAUM	CONTENÇÃO

NACIONALIDADE	NACIONALIDADE ACADÊMICA	AUTOR(A)	POSIÇÃO TEÓRICA
76 EUA	EUA	DENNY ROY	CONTENÇÃO
77 EUA	EUA	WILLIAM R. KENAN	CONTENÇÃO
78 EUA	EUA	ROBERT SUTTER	INTEGRAÇÃO
79 EUA	EUA	DAVID M. LAMPTON	INTEGRAÇÃO
80 EUA	EUA	SANDRA POLASKI	INTEGRAÇÃO
81 EUA	EUA	JOHN TKACIK	INTEGRAÇÃO
82 EUA	EUA	EDWARD J. LINCOLN	INTEGRAÇÃO
83 EUA	EUA	DAVID SHAMBAUGH	INTEGRAÇÃO
84 EUA	EUA	WARREN COHEN	INTEGRAÇÃO
85 EUA	EUA	FRED KAPLAN	INTEGRAÇÃO
86 EUA	EUA	JOSEPH NYE	INTEGRAÇÃO
87 EUA	EUA	NANCY B. TUCKER	INTEGRAÇÃO
88 EUA	EUA	NICHOLAS KHOO	INTEGRAÇÃO
89 EUA	EUA	MICHAEL L. R. SMITH	INTEGRAÇÃO
90 EUA	EUA	RICHARD HAASS	INTEGRAÇÃO
91 EUA	EUA	MICHAEL SCHALLER	INTEGRAÇÃO
92 EUA	EUA	G. JOHN IKENBERRY	INTEGRAÇÃO
93 EUA	EUA	DAVID KANG	INTEGRAÇÃO
94 EUA	EUA	JOHN S. DUFFIELD	INTEGRAÇÃO
95 EUA	EUA	DALE COPELAND	INTEGRAÇÃO
96 EUA	EUA	WILLIAM W. GRIMES	INTEGRAÇÃO
97 EUA	EUA	THOMAS U. BERGER	INTEGRAÇÃO
98 EUA	EUA	WILLIAM C. WOHLFORTH	INTEGRAÇÃO
99 EUA	EUA	ROBERT B. ZOELICK	INTEGRAÇÃO
100 EUA	EUA	JAMES A. KELLY	INTEGRAÇÃO
101 EUA	EUA	BONNIE S. GLASER	INTEGRAÇÃO
102 FRANÇA	REINO UNIDO	KARINE LISBONNE-DE-VERGERON	INTEGRAÇÃO
103 ÍNDIA	EUA	VINOD K. AGGARWAL	INTEGRAÇÃO
104 ÍNDIA	ÍNDIA	RAJA MOHAN	INTEGRAÇÃO
105 ÍNDIA	ÍNDIA	FAREED ZAKARIA	INTEGRAÇÃO
106 ÍNDIA	REINO UNIDO	MEGHNAD DESAI	INTEGRAÇÃO
107 IRLANDA	EUA	TERRENCE WESLEY-SMITH	INTEGRAÇÃO
108 ITÁLIA	EUA	GIOVANNI ARRIGHI	INTEGRAÇÃO
109 ITÁLIA	FRANÇA	FEDERICO BORDONARO	CONTENÇÃO
110 JAPÃO	EUA	TAKASHI INOUCHI	CONTENÇÃO
111 JAPÃO	EUA	MICHAEL YAHUDA	INTEGRAÇÃO
112 JAPÃO	JAPÃO	NAOTO MUNAKATA	CONTENÇÃO
113 JAPÃO	REINO UNIDO	AKIO TAKAHARA	CONTENÇÃO
114 NOVA ZELÂNDIA	AUSTRÁLIA	RON CROCOMBE	CONTENÇÃO
115 NOVA ZELÂNDIA	REINO UNIDO	KERRY BROWN	CONTENÇÃO

	NACIONALIDADE	NACIONALIDADE ACADÊMICA	AUTOR(A)	POSIÇÃO TEÓRICA
116	NOVA ZELÂNDIA	REINO UNIDO	WAYNE MORRISON	INTEGRAÇÃO
117	POLÔNIA	EUA	ZBIGNIEW BRZEZINSKI	INTEGRAÇÃO
118	REINO UNIDO	REINO UNIDO	WILL HUTTON	CONTENÇÃO
119	REINO UNIDO	REINO UNIDO	GERALD SEGAL	CONTENÇÃO
120	REINO UNIDO	REINO UNIDO	PAUL BACON	CONTENÇÃO
121	REINO UNIDO	REINO UNIDO	MARK BEESON	CONTENÇÃO
122	REINO UNIDO	REINO UNIDO	NIALL FERGUSON	INTEGRAÇÃO
123	RÚSSIA	RÚSSIA	YEVGENY BENDERSKY	CONTENÇÃO
124	SINGAPURA	EUA	TANG SHIPING	CONTENÇÃO
125	SINGAPURA	REINO UNIDO	EMRYS CHEW	CONTENÇÃO
126	TAIWAN	EUA	CHIN-HAO HUANG	CONTENÇÃO
127	TAIWAN	EUA	LIANG WANG	CONTENÇÃO
128	TAIWAN	EUA	WEI PAN	INTEGRAÇÃO
129	TAIWAN	EUA	WEI LING	INTEGRAÇÃO